

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ANDRÉ LAPOLLI

O USO DA ADVOCACIA COMO RECURSO DE
DOMINAÇÃO POLÍTICA EM SÃO BORJA/RS
DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA:
O CASO DO DR. GETÚLIO VARGA (1909 – 1923).

Porto Alegre, Dezembro de 2015.

ANDRÉ LAPOLLI

O USO DA ADVOCACIA COMO RECURSO DE
DOMINAÇÃO POLÍTICA EM SÃO BORJA/RS
DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA:
O CASO DO DR. GETÚLIO VARGA (1909 – 1923).

Monografia apresentada como requisito parcial
Para a conclusão de curso de Bacharelado em
História ao Departamento de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó.

Porto Alegre, Dezembro de 2015.

AGRADECIMENTOS:

Essa monografia de conclusão no curso de bacharelado em História representa um recomeço, uma pequena prova de que nunca é tarde para fazer uma mudança de rumos e partir em busca de projetos pessoais, mesmo contrariando a lógica e o pensamento dominante. Para quem já tinha uma certa trajetória como profissional e acadêmica em outro campo, a Arquitetura e o Urbanismo, começar um outro curso, foi, ao mesmo tempo, desafiador e compensador. Desafiador porque após os anos de estudo e de trabalho profissional, me adaptar a um novo curso e uma nova realidade, deixando a segurança construída anteriormente, era encarada como loucura ou irresponsabilidade. Compensador porque apesar de lutar contra um consenso pré-estabelecido, encontrei na História a realização pessoal que tanto procurava. Além disso, tive o privilégio de encontrar no caminho pessoas maravilhosas, que me ajudaram a superar os obstáculos e que me ajudaram a encontrar o equilíbrio e provar a propriedade da minha mudança.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, que mesmo atônita com os meus novos rumos, reconheceu meu esforço e passou a me incentivar nessa nova empreitada. Meu pai, Wilercy Lapolli, sempre ao meu lado, sendo mais um primeiro amigo e companheiro, me puxando para a realidade e me lembrando que eu não poderia passar o resto da minha vida como estudante. A meu irmão Antonio, que também encontrou na História a sua profissão, e que foi meu principal incentivador. A minhas irmãs Denise e Rosana, apesar da distância, sempre estiveram por perto com seu carinho e amizade.

Gostaria de um agradecimento especial ao meu orientador, prof. Dr. Luiz Alberto Grijó, que teve a paciência e a competência na condução deste trabalho e deste aluno. Aos professores do Departamento de História em geral, pela oportunidade de compartilhar os caminhos do ensino e da pesquisa histórica. Aos colegas destes anos de faculdade, em especial aos amigos Daniel e William, companheiros de muitas jornadas, nem todas acadêmicas...

Também gostaria de agradecer aos colegas do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, em especial ao Desembargador José Carlos Teixeira Giorgis, a Dra. Mary da Rocha Biancamano, a Carine e o Roberto, enfim, toda a equipe de funcionários e estagiários. Sem dúvida, o período de convivência com vocês no Memorial foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, e mais ainda, para a certeza de que este pesquisador estava encontrando o seu caminho.

Por fim, gostaria de agradecer a uma pessoa especial, que apesar de não estar mais entre nós, foi e sempre será a minha grande incentivadora e companheira de todas as minhas conquistas. A minha querida mãe Maria de Lourdes Noffk Lapolli eu agradeço por tudo o que me ensinou e a ela dedico esta monografia.

RESUMO:

Esta monografia tem como tema central o estudo da importância do exercício da advocacia para construção de redes de controle e dominação política nas relações de poder marcadas pelas práticas coronelistas características da Primeira República (1889 a 1930) no Brasil. Como objeto específico, analisamos a articulação entre a prática política e a advocacia do futuro presidente brasileiro **Getúlio Dornelles Vargas** (1882-1954), constituída na cidade de São Borja, no interior do Rio Grande do Sul, entre os anos 1909 e 1923, tendo como base a percepção das relações de poder que perpassam a sua prática e que propiciaram ao jovem advogado a construção de uma rede de relações que o levariam a condição de líder político regional. Enfocaremos a importância e os usos da advocacia como recurso de dominação política em um ambiente de transição do modelo das lideranças tradicionais militares para políticos que requeriam outras ferramentas e configurações de legitimação para manter e ampliar o seu poder.

ABSTRACT:

This monograph is focused on the study of the importance of the practice of law for construction of political control and domination networks in power relations marked by coronelista practical features of the First Republic (1889-1930) in Brazil. The specific purpose, we analyze the relationship between political practice and advocacy of the future Brazilian president Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), established in São Borja, in the interior of Rio Grande do Sul, between 1909 and 1923, and based on the perception of power relations that underlie their practice and that provided the young lawyer to build a network of relationships that would lead to the condition of regional political leader. We will focus on the importance and uses of law as political domination feature on a model of the transition environment of military traditional leaders to politicians who required other tools and legitimization settings to maintain and expand their power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	08
1. BORGISMO, ADVOCACIA E AS NOVAS RELAÇÕES DE PODER EM SÃO BORJA (1909 a 1923).	21
1.1. As Velhas e as Novas Estratégias para a Dominação Política: O coronelismo e a advocacia como capital simbólico para a legitimação de poder.	21
1.2. A Formação do Contexto Regional Gaúcho: a ascensão do PRR de Júlio de Castilhos a Borges de Medeiros.	25
1.3. Coronelismo, caudilhismo e novas lideranças regionais: a cidade de São Borja no Início do Século XX.	30
2. DOUTOR GETÚLIO DORNELLES VARGAS – ADVOGADO EM SÃO BORJA (1909 a 1923).	36
2.1. A Formação de Getúlio Vargas: Direito e Política Partidária.	36
2.2. Getúlio Vargas Advogado – o retorno a São Borja em busca de legitimidade para o poder regional.	39
2.3. Getúlio Vargas, advogado e político: duas faces de uma mesma busca pela legitimidade na luta pelo poder em São Borja (1909-1923).	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	58
FONTES E REFERÊNCIAS.	62

INTRODUÇÃO.

O golpe militar de 15 de novembro de 1889¹ que depôs o Imperador Dom Pedro II mudou a forma e a estrutura do governo brasileiro, afetando significativamente as estratégias e as redes de poder que haviam se modelado no regime que fora substituído. Durante o período imperial (1822 – 1889) o governo brasileiro manteve uma estrutura centralizada, tendo na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império e sede da Câmara dos Deputados e do Senado, o seu centro político, econômico e social. Este projeto político particular de construção da ordem nacional², baseava-se em torno da figura do Imperador e de sua corte, que constituíam uma burocracia centralizada, fortemente dependente do Estado, defendendo quase sempre os interesses dos grandes proprietários agrícolas escravistas. Mesmo com certa autonomia regional, as forças locais das províncias estavam sujeitas a um controle central, visto que seus presidentes eram escolhidos pelo Imperador, servindo de intermediários entre o governo imperial e as oligarquias locais.

Contudo, essa estruturação mudou com a República. O domínio dos militares nestes primeiros anos do novo regime – entre 1889 e 1894, na chamada República da Espada – ainda procurou manter o viés centralizador da estrutura monárquica. Entretanto, o fim do governo de Floriano Peixoto (1891 a 1894), marcou a ascensão de presidentes civis ao poder, levando a uma mudança definitiva na estrutura e no centralismo federal. Com a eleição do advogado Prudente de Moraes em 1894, subiu ao poder um representante das oligarquias cafeicultoras, um político civil eleito pelo voto direto³. Sem o apoio explícito dos militares, o novo governo republicano passou a buscar uma nova aliança com as forças regionais, que sustentasse o ainda frágil governo e mantivesse a união nacional. Consolidada no governo seguinte, de Campos Sales em 1898, a chamada “República Oligárquica” estruturou-se com base no federalismo e na autonomia dos estados, ficando o poder político federal nas mãos das oligarquias ligadas à produção do café, principal produto de exportação brasileiro. Já as demais oligarquias regionais teriam a sua autonomia garantida desde que apoiassem os políticos indicados pelo Presidente. Para garantir este “grande acordo” formado pelas elites, era

¹ Como definido por CASTRO (1995).

² CARVALHO (1980) e CARVALHO (1996).

³ Após o golpe militar de 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca foi eleito como presidente, de forma indireta pelo congresso constituinte em 25 de fevereiro de 1891, tendo como vice Floriano Peixoto, o segundo mais votado. Após a renúncia do Marechal Deodoro, em 23 de novembro de 1891, o também Marechal Floriano assumiu o poder.

necessário um controle do processo eleitoral, utilizando-se de diversas ferramentas e práticas políticas, entre elas, a política dos governadores, o voto de cabresto e o coronelismo.

A política dos governadores consistiu em um acordo existente durante os anos da Primeira República em que o Governo Federal apoiava os governos estaduais, que em troca, fazendo uso de seus coronéis locais, elegiam bancadas pró-Governo Federal nas Assembléias estaduais e federal, de forma que tanto o governo federal como os governos estaduais enfrentassem o mínimo possível de oposição. A denominação de "política dos governadores", significou que, na prática, o governo central deveria respeitar as decisões dos partidos que mantinham o poder em cada Estado, desde que estes elessem bancadas no Congresso fiéis ao presidente da República. Dessa forma, estabeleceu-se uma grande autonomia estadual, um federalismo acentuado que promoveu ainda mais a independências das oligarquias locais, em especial nos Estados mais fortes da União.

Na base desse prática política estavam os coronéis⁴ que “emprestavam” a sua força política local aos partidos estaduais assegurando antecipadamente a composição das bancadas, através de seu controle sobre o eleitorado, o chamado “voto de cabresto”. Nele, o coronel obrigava os eleitores de seu "curral eleitoral" a votarem nos candidatos por ele indicados usando de seu “prestígio” através da compra de voto, da troca de favores, das fraudes eleitorais e da violência. Em uma estrutura eleitoral em que não havia o voto secreto, o coronel procurava controlar os votantes em sua área de influência, obtendo votos para seu candidato em troca dos benefícios do governo estadual e federal, reforçando ainda mais o seu poder local. Tal troca de favores era justamente o fundamento do pacto da Política dos Governadores, envolvendo presidente da República, governadores estaduais, deputados, senadores e outros cargos públicos.

Esse jogo entre o poder local versus o estadual demarca um aspecto fundamental da prática política que foi organizada na Primeira República: a hierarquização das relações de poder na qual os líderes locais estavam alinhados em uma complexa rede de “troca de favores” que iam desde o coronel – líder local – até o presidente da República – líder nacional – envolvendo compromissos recíprocos. Visto dessa forma, o chamado

⁴ O termo “coronel” era usado para designar o chefe político local e tem a sua origem ligada à tradição patriarcal brasileira e a sua estrutura agropecuária. Quando foi criada a Guarda Nacional em 1831 o governo imperial chamou para compor os quadros mais altos da nova corporação as pessoas mais influentes, ou seja, os grandes latifundiários e oligarcas do interior e sua rede de agregados e servidores. Devido a esta estrutura, a patente dada a esses grandes latifundiários, de coronel da Guarda Nacional, passou a ser equivalente a um título nobiliárquico e passou a designar os chefes políticos municipais.

“coronelismo” - conceito sujeito a diversas interpretações e usado em variados contextos - ditava as relações de poder, regrando as disputas entre as elites local e estadual, com suas barganhas entre o governo e os coronéis⁵. Para o caso do Rio Grande do Sul⁶, adotamos o conceito de "coronelismo" usado por Loiva Felix em seu estudo de caso para duas cidades do norte gaúcho, admitindo a existência do coronelismo no estado e esse como um fator de legitimação do sistema político autoritário, representado pelo castilhismo-borgismo”⁷.

Clientelismo é outro conceito ligado ao coronelismo e de uso pouco preciso e sujeito as mais diversas interpretações. Segundo Murilo de Carvalho⁸, o conceito foi empregado pioneiramente por autores estrangeiros escrevendo sobre o Brasil, em especial por Benno Galjart, contudo, utilizado de forma imprecisa. Indicaria um tipo de relação entre atores políticos que trocam apoio mutuo recebendo como contrapartida a concessão de benefícios públicos – empregos, benefícios fiscais, isenções, enfim tudo que o estado possa oferecer. Neste sentido, continua Carvalho baseando-se no trabalho de Leal, o clientelismo está na base das relações do coronelismo, já que este envolve a troca de benefícios por votos, contudo, ele não pode ser identificado como a mesma coisa, já que segundo o autor, o fenômeno seria um conceito mais amplo e de maior uso no tempo. Outro conceito chave, encontrado ao longo de toda a história da política brasileira, é o Mandonismo, que também se refere a estruturas oligárquicas e personalizadas de poder onde o mandão - o potentado, o chefe, ou coronel – exerce um domínio pessoal e arbitrário sobre determinado grupo social na medida em que controla algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, aproximando-se muito do conceito de caciquismo usado amplamente na literatura hispano-americana.

Portanto, as relações de poder estruturadas na Primeira República e as práticas políticas forçaram a criação de um novo ator com amplos poderes: o presidente de estado, eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, chefe absoluto do estado. Em torno dele passaram a se arregimentar as oligarquias regionais, entre os quais estavam os chamados coronéis, lideranças locais que dominavam os municípios e garantiam os votos necessários para a eleição. Esse sistema de dominação política

⁵ REZENDE (2010): p.17.

⁶ A historiografia brasileira apresenta duas vertentes básicas divergentes: uma tradicional, que tem minimizado e, até mesmo negado a implementação do coronelismo no Rio Grande do Sul; e outra, mais recente, que tem retomado a necessidade dos estudos sobre o coronelismo, identificando indícios de sua existência para o período que estamos estudando.

⁷ FÉLIX (1987): p.28.

⁸ CARVALHO (1997): s/n.

através do voto controlado e da concessão de favores consolidou-se a partir de 1898 e a política dos estados implantada por Campos Sales quando decidiu apoiar os candidatos eleitos “*pela política dominante no respectivo estado*”⁹. Esse sistema tinha como base a barganha entre os diferentes níveis de poder: o governo estadual garantia o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais cedendo cargos públicos dos mais variados graus. Este, por sua vez, dava em troca o apoio ao governador na forma de votos de seus dependentes, controlados igualmente por uma política da troca de favores. Por fim, os governadores apoiavam o presidente que, em favor dava o seu reconhecimento ao domínio estadual dos governadores

Neste contexto marcado pelo forte apelo às relações de troca de favores entre os envolvidos – quer seja de forma vertical ou mesmo horizontal – formando diversas hierarquias, as elites locais buscavam novos modos de legitimar a sua liderança. A valorização do ensino superior não era novidade, já que desde antes dos tempos imperiais a elite brasileira procurava no diploma – em especial no de Direito – a sua legitimidade e a forma de alcançar posições de maior destaque na sociedade¹⁰. A nova realidade no Brasil da Primeira República não apagou as velhas estruturas de domínio, especialmente nos interiores dos estados ainda tão desprovidos de formalidades institucionais e dominados pelas grandes propriedades rurais e suas relações sociais personalizadas em termos de dependência pessoal, como nos explica Bourdieu¹¹. Entretanto, no contexto do novo regime republicano operou-se uma série de mudanças na organização estatal e na estrutura de poder, reforçando o aspecto federativo dos estados e as relações hierarquizadas entre as elites centrais e regionais. Cada vez mais, os critérios intelectuais tais como a eloquência, o conhecimento, quer seja a dos “clássicos” modernos e antigos da poesia e da prosa literárias ou dos códigos legais portugueses e dos textos jurídicos nacionais de outros países, enfim, desse variado instrumental que o direito proporcionava tornava-se necessário para o exercício do poder em uma busca da construção e modernização das formas de dominação.

Essa “transformação” era ainda mais explícita no Rio Grande do Sul, onde a origem pastoril e o passado recente de lutas constantes impunham uma visão belicosa para o sul rio-grandense, cuja população estaria mais acostumada a usar da violência

⁹ CARVALHO (1997): s/n.

¹⁰ Na verdade, a elite colonial brasileira de antes da independência já buscava os estudos superiores em direito, em especial na Universidade de Coimbra. Era através da socialização operada através das escolas de direito que se compartilhavam as visões de mundo e as estratégias do jogo político. GRIJÓ (2005): p.19.

¹¹ Segundo GRIJÓ (2005): p.41.

para resolver seus problemas e para impor os seus domínios. No estado, principalmente no seu interior, as elites dominantes partilhavam desses valores violentos, construindo uma imagem, muitas vezes pejorativa, de “bárbaros” que se manteve ao longo do século XIX e início do XX. Contudo, Luiz Alberto Grijó¹² aponta para o processo de mudança, uma “*paulatina transformação do caráter de suas elites político-partidárias quanto à valorização e às possibilidades de obtenção de títulos escolares de nível superior*”. Ou seja, processou-se uma transformação da elite que se legitimava no poder através da força e da violência para outras formas de dominação, tendo como base a educação de nível superior. Segundo o autor:

*“Cada vez mais as elites locais passaram a valorizar os recursos propriamente culturais na luta política e a educação formal de seus líderes passa a ser muito mais valorizada que antes, mesmo que certos valores associados ao passado belicoso ainda se mantivessem em voga. O sucesso de um pleiteante à liderança político-partidária passava não mais a se dever fundamentalmente a suas habilidades como mobilizador de tropas e chefe guerreiro. Cada vez mais os recursos culturais e a capacidade de mobilização pela palavra culturalmente qualificada passam a ser decisivos. Não que recursos há muito importantes como o ser o centro de uma rede clientelística e contar com extensas relações de parentesco e amizade deixassem de ser valorizados e mesmo fundamentais. O que ocorre é que estes somente ou prioritariamente não garantiam mais a ascensão às posições mais elevadas. O diploma em um curso superior passou paulatinamente a ser um recurso tão importante quanto os citados, o que se acentuou em muito com a criação dos cursos superiores no estado a partir da última década do século XIX.”*¹³

Portanto, ao longo do século XIX e início do século XX as estratégias de legitimação política dos chefes locais no Rio Grande do Sul passou a sofrer uma transformação. Passou-se de um contexto de constantes conflitos, onde os “coronéis” regionais necessitam além do domínio patrimonial também exercer o poder de mobilizar os dominados como milicianos armados, para a necessidade de novos recursos simbólicos de legitimação, como a formação acadêmica. A acessibilidade a novas escolas e faculdades, as redes de relações, os contatos com os centros mais desenvolvidos, enfim, todas as estratégias de contato e formação política que se intensificaram com a Proclamação da República, forçaram a mudanças no perfil das

¹² GRIJÓ (2005): p.89.

¹³ GRIJÓ (2005): p.93.

novas lideranças locais. Dessa forma, os bacharéis, com seus diplomas de nível superior estariam mais habilitados para a prática política dos novos tempos, capazes de influenciar as relações entre a elite e os vários agentes abaixo na escala social. Donos de um “capital social” advindo da academia, conhecedores destes laços verticais e horizontais do complexo jogo de relações entre elite e subalternos e entre o centro e o interior, caracterizados pela lógica de relações de reciprocidade e troca de favores do tipo "patronagem" e "clientelismo", os bacharéis de direito seriam os mediadores ideais nesta conjuntura.

Foi neste contexto político e social que surgiu a figura de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), nascido na cidade de São Borja no Rio Grande do Sul – na região fronteiriça entre Brasil e Argentina, no dia 19 de abril de 1882¹⁴. Político que mais tempo esteve à frente do governo brasileiro em seu período republicano (de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954), Vargas foi descrito pelos seus biógrafos como sendo um personagem enigmático, de muitas facetas, capaz de compor apoios com políticos dos mais variados campos ideológicos – indo da extrema esquerda comunista de Luis Carlos Prestes a extrema direita fascista de Plínio Salgado – governando ora como interventor (1930 - 1934), presidente eleito de forma indireta (1934-1937) ditador (1937-1945) ou presidente eleito democraticamente (1950-1954). A permanência dessa visão de natureza esquivada dada a sua trajetória foi resumida pela expressão imputada pelo pesquisador inglês Richard Bourne¹⁵ de “esfinge do Pampa”¹⁶. Contudo, Vargas manteve um estilo pessoal na política, ocultando sempre que necessário as suas verdadeiras intenções, expressando-se de uma forma clara quando a ocasião assim o exigisse. Essa imagem paradoxal, construída por seus biógrafos, de não demonstrar claramente as suas convicções ideológicas, foi utilizada tanto para exaltar a suas qualidades políticas como para execrar sua personalidade.

Entre as muitas mudanças que promoveu enquanto chefe da nação, Getúlio Vargas foi justamente o responsável direto pelo movimento que rompeu com as antigas estruturas oligárquicas e a velha ordem da Primeira República, promovendo modificações na composição política e estrutural do país. A chamada “Revolução de

¹⁴ A data de nascimento de Getúlio foi adulterada para 19 de abril de 1983 a fim de diminuir em um ano a sua idade para se adequar à faixa etária então exigida pelo Exército, quando de sua matrícula na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo (RS) em 1900, como informa NETO (2012): p.64.

¹⁵ BOURNE (2012).

¹⁶ Em *Étipo-Rei*, Sófocres descreve a cruel Esfinge que interroga o personagem central como sendo de características dissimiladas e indecifráveis.

1930”¹⁷ trouxe o governo federal para o centro das questões econômicas e sociais da nação, intervindo muitas vezes de forma autoritária, impondo um projeto nacional desenvolvimentista e centralizado à sociedade brasileira. Mesmo tendo esta base estrutural conservadora, Vargas inaugurou uma nova política de incentivo a industrialização nacional com o Estado como o grande investidor, tendo nas indústrias de base a promotora de um projeto de capitalismo nacional independente. No campo político, Vargas lutou contra os poderes estaduais, fortalecendo o governo central que passou a ser o grande protagonista da economia nacional criando mecanismos sociais como o sufrágio universal e uma justiça que cuidasse apenas das questões eleitorais. No campo social organizou o trabalho através de várias medidas como o salário mínimo, a formação de sindicatos corporativos, a previdência social, a constituição de uma justiça exclusiva para tratar das questões trabalhistas com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ao legado político de Vargas foi atribuído uma gama de “ismos” – como o populismo, o personalismo, o nacionalismo, o desenvolvimentismo, o trabalhismo e o getulismo – adjetivos positivos e negativos pelos quais simpatizantes e opositores classificaram o seu modo de fazer política.

Contudo, esse mesmo Getúlio Vargas que modernizou as estruturas do Estado brasileiro – ainda que de forma conservadora – derrubando antigas oligarquias (1930), teve a sua origem e uma longa trajetória de aprendizado e prática política intimamente apoiado nas práticas e na estrutura coronelista das relações de poder da Primeira República. O que a princípio poderia ser visto como mais uma contradição política de Vargas, marcada por tantos acontecimentos e por tantas mudanças de rumo, tanto no contexto político e social como em suas formas de atuação, a meu ver caracteriza uma marcante fase de Getúlio que longe dos centros importantes do poder federal, começa a construir sua história política. Nesta busca pela origem dos fatos, muitos historiadores e biógrafos de Vargas mergulharam nesse passado com uma visão pré-determinada, encontrando apenas uma simples acumulação de acontecimentos, uma trajetória linear e coerente com o fim ao qual ele estaria predestinado: a presidência da república. Neste sentido, como bem coloca Bourdieu¹⁸, o conhecimento do final da história engana e direciona o olhar do pesquisador, fazendo com que a trajetória apareça como um fato

¹⁷ É um termo que ainda gera muita controvérsia na Historiografia Brasileira entre aqueles que não aceitam o termo “revolução” para caracterizar o movimento, acentuando o seu caráter de continuidade pelo fato de não ter alterado profundamente os padrões econômicos ou políticos da velha ordem; e os que assinalam as mudanças introduzidas no pós-30 como a política social, o corporativismo e a intervenção do estado na economia demarcando uma ruptura com o modelo e prática liberais da República Velha.

¹⁸ BOURDIEU (1996): p.183-191.

unidirecional, como uma ordem cronológica desde um começo (sua formação regional) e o seu fim (líder nacional e presidente). Essa criação artificial de sentido acabou fazendo com que muitos aspectos interessantes dessa trajetória pessoal de Getúlio fossem negligenciados em detrimento de sua suposta “natural” habilidade política, mostrada como algo latente surgida muito cedo na carreira do político gaúcho, como se ele houvesse nascido para ser o que se tornou.

A presente monografia pretende abordar, de forma introdutória, um destes momentos importantes do curso político de Vargas, ainda pouco estudado por seus biógrafos e historiadores. Tendo como base de orientação o trabalho de Pierre Bourdieu em sua análise dos conceitos de poder ligados à percepção social, produção simbólica e relações informais de poder, em especial nos conceitos-chave de “habitus” e capital simbólico, além do questionamento da posição do investigador como forma de controle de seu trabalho de produção de sentido¹⁹, investigaremos a trajetória de Getúlio como advogado em sua cidade natal, entre os anos de 1909 e 1923, quando manteve ativa sua banca de advocacia. Neste primeiro momento, investigarei a importância e o uso político da advocacia como estratégia de dominação política no ambiente da cidade de São Borja, tendo como base a percepção das relações verticais e horizontais de poder que perpassam a prática advocatícia e que propiciaram ao jovem Vargas a construção de uma rede de relações clientelistas como líder regional. Assim, a questão a ser respondida por este trabalho é:

Como era o ambiente social e as relações de poder na cidade de São Borja, entre os anos de 1909 a 1923, e qual a importância e os usos que a profissão e o exercício da advocacia teve para a prática política na cidade, em especial na trajetória de Getúlio Vargas, em um contexto de troca de favores característicos da Primeira República?

Desta forma, impôs-se como recorte temporal para o trabalho justamente os anos de 1909 e 1923, marcos significativos para a trajetória política e de advogado de Getúlio Vargas. Esta iniciou-se no ano de 1909, quando o então jovem bacharel em Direito deixa a Promotoria de Porto Alegre²⁰ para retornar a sua terra natal com a intenção de abrir uma banca de advocacia e, ao mesmo tempo, defender os interesses políticos da

¹⁹ BOURDIEU (2001).

²⁰ SOUTO & BISCHOFF (2004).

família na região; e encerra-se definitivamente em 26 de maio de 1923, data da primeira sessão de Getúlio com deputado federal, quando o já experiente advogado assume vaga na Câmara de Deputados na Capital Federal, após a indicação de Borges de Medeiros²¹ para completar o mandato vago pela morte do deputado Rafael Cabeda²². Nossa hipótese é que mais do que um complemento menor para a carreira política de Vargas, o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas foi a sua porta de entrada para formas mais elevadas de se fazer política, que lhe habilitou a disputar um espaço maior e mais privilegiado dentro da hierarquia de sua família²³ e da sociedade, sob as regras do jogo de poder e troca de favores da Primeira República.

Os estudos a respeito de Vargas para este período, em geral, seguem um modelo semelhante enquanto proposta de pesquisa, tendo como foco quase exclusivo de abordagem a sua atividade política, como deputado e líder provinciano, não se detendo muito em sua trajetória como advogado ou na relação desta para com a sua carreira de político. Para o “brasilianista” norte-americano Thomas Skidmore, a elaboração de um trabalho completo, que perpassasse toda a trajetória de Vargas seria uma tarefa gigantesca, que *"exigirá quase toda a vida de um eventual biógrafo"*²⁴. Esses numerosos estudos – acadêmicos ou não – por mais completos que possam parecer, ainda deixaram importantes questões a serem exploradas e investigadas. Minha pesquisa se deterá justamente em uma dessas lacunas²⁵.

De uma forma geral, dentre as biografias de Vargas consultadas, a grande maioria cita o período de forma sintética, como um complemento formativo menor e ilustrativo para a carreira política partidária de Getúlio. A preocupação desses trabalhos, em geral, recai nos passos propriamente políticos de Vargas na esfera pública, sua carreira de deputado estadual e líder do Partido Republicano Riograndese (PRR) em São Borja, preocupando-se muito mais em mostrar a sua ascensão de um político

²¹ RODRIGUES (2005). p.23.

²² VARGAS (2014): p.37.

²³ É sempre bom lembrar que Getúlio era apenas o terceiro filho do coronel Manoel Vargas e, portanto, não caberia a ele a liderança da família. Esse papel era exercido por Viriato, o irmão mais velho e que já cuidava dos assuntos dos Vargas, sendo o Intendente (correspondente a Prefeito) e o líder regional do PRR quando Getúlio retornou à São Borja em 1909. Era preciso que o jovem Getúlio desbravasse outros caminhos porque a liderança coronelista dos Vargas passaria, ao que tudo indica, a Viriato.

²⁴ Citado por: FREITAS & LARANGEIRA (2003): p.13.

²⁵ Uma lacuna semelhante foi identificada e criticada pelos historiadores Cíntia Vieira Souto e Álvaro Bischoff para o período em que Vargas atuou como promotor em Porto Alegre, entre os anos de 1908 e 1909. Para os autores, a efemeridade do episódio (pouco mais de um ano) fez com que os biógrafos do presidente a tratassem como uma iniciação política menor ou, simplesmente, nada comentassem sobre o período. SOUTO & BISCHOFF (2004): p.19.

provinciano para uma personalidade de importância regional e, posteriormente, nacional²⁶, ignorando ou apenas citando aspectos de sua profissão.

Marcelo H. Steffens²⁷ trabalhou em sua tese de doutorado com várias biografias de Getúlio, escritas em diversos períodos. Segundo o autor, as primeiras biografias sobre Vargas são publicadas ainda no final da década de 1930 – durante a ditadura do Estado Novo – quando o gênero biográfico passa a ser uma preocupação das editoras e começam a proliferar no mercado brasileiro. Steffens aponta como a primeira obra biográfica sobre político gaúcho o livro “Getúlio Vargas”, escrito no ano de 1939 pelo jornalista gaúcho André Carrazzoni. Simpático aos ideais dos revolucionários de 1930 Carrazzoni produziu uma obra exaltando as qualidades do biografado, colocado como predestinado e de sabedoria suprema²⁸, comparando Getúlio aos grandes nomes da História. Não foi a toa que André Carrazzoni tornou-se homem de confiança de Vargas, assumindo cargos administrativos ligados ao governo e suas empresas de comunicação, como a superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Público da qual faziam parte o jornal “A Noite” e a Rádio Nacional. O texto produzido por Carrazzoni tem um forte enfoque testemunhal, apontando o então presidente ditador como um homem a frente dos acontecimentos do seu tempo, capaz de adequar e conduzir a nação nos tempos perigosos então vividos²⁹. Quanto ao exercício profissional de advogado, o autor não se deteve em muitos detalhes descritivos, assinalando o período como experiências “*no tocante ao enigma de cada ser humano e às suas reações no meio gregário*”³⁰. Aponta para o isolamento geográfico, para a solidão campestre de São Borja e para a construção da vida em família, experiências que teriam forjado a força e espírito do político para enfrentar as adversidades. Portanto, já na primeira obra biográfica sobre Getúlio Vargas vemos que o enfoque foi centrado no político do partido, no deputado e líder regional, ficando a carreira de advogado apenas como imagem figurativa.

Ainda no período do Estado Novo temos uma segunda obra importante sobre Vargas, escrita pelo austríaco Paul Frischauer, contratado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) para escrever uma biografia de Getúlio que seria editada em

²⁶ BOURNE (2012).

²⁷ STEFFENS (2008).

²⁸ CARRAZZONI (1939) p.08.

²⁹ Não podemos esquecer que em 1939 eclodia a II Guerra Mundial e que o temor do novo conflito dominava o imaginário da população.

³⁰ CARRAZZONI (1939): p.111.

francês e inglês, além do idioma português³¹. Intitulada de “Presidente Vargas”, o livro lançado em 1941 tem uma preocupação maior do que a de Carrozzini com a “teoria” que substancia a construção do texto, dando indicações, não muito sistematizadas, sobre o seu método de elaboração e pesquisa. Frischauer aprofundou-se um pouco mais na trajetória profissional de Vargas, descrevendo a rotina de um advogado de cidade pequena, onde todos os adversários se conhecem bem. Segundo o autor, Getúlio seria um advogado diferente daqueles que os são-borjenses estavam habituados, uma figura acessível e um *“homem de sorriso nos lábios, igual, afável, que se dedicava, com o mesmo interesse concienzoso, a uma causa de cinquenta mil réis ou de contos de réis”*³². Aqui, temos pela primeira vez uma descrição da rotina do escritório de Vargas como “casos rotineiros”. Frischauer relata que entrevistou mais de cinquenta clientes do Dr. Getúlio para em seguida descrever um profissional interessado não apenas nos seus casos, mas em ajudar os seus clientes no que fosse preciso, criando o perfil mitológico do homem sem interesse pessoal, que quer somente o bem estar de todos.

Por certo, na medida em que a carreira política nacional de Vargas ia se tornando ainda mais longa e complexa, a sua história regional inicial foi perdendo importância e espaço nas biografias. Os acontecimentos nacionais passariam a ser o foco principal das investigações históricas e biográficas e sua trajetória regional passaria para o segundo plano, vista como um complemento menor para o entendimento de sua trajetória. Isso se tornaria ainda mais grave em relação carreira de advogado de Vargas, cada vez mais retratada de forma ilustrativa ou, quando muito, como uma iniciação política, sem ser investigada de forma mais aprofundada ou sujeita a uma problematização maior. Nesta linha, poderíamos citar uma série de outras biografias específicas sobre a figura de Vargas – como as de Fausto³³, Lamounier³⁴, Brandi³⁵, Cony³⁶, Dulles³⁷, Peixoto³⁸, Araújo Lima³⁹, entre tantos outros – todas com um certo grau de importância, mas que não se detiveram mais do que algumas poucas páginas para descrever a carreira de advogado de Getúlio. Mesmo as biografias mais recentes, que se auto proclamam ser um relato completo da trajetória do político gaúcho – como a midiática trilogia escrita

³¹ STEFFENS (2008): p.39.

³² FRISCHAUER (1943): p.142.

³³ FAUSTO (2006).

³⁴ LAMOUNIER (1988).

³⁵ BRANDI (1985).

³⁶ CONY (1974).

³⁷ DULLES (1967).

³⁸ PEIXOTO (1960).

³⁹ ARAÚJO LIMA (1955).

pelo jornalista paulista Lira Neto⁴⁰ – mantêm basicamente essa mesma estrutura, ou seja, apenas cita a carreira de advogado de Getúlio, sem se aprofundar muito em sua estreita relação com a política da época, tratando-a como um complemento de menor importância frente a sua trajetória como político.

Um resgate do complexo jogo político e das relações de poder entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros no período entre 1913 e 1917 foi realizado por Suzana Garcia Resende⁴¹ em sua dissertação de mestrado apresentada no ano de 2010. Através de correspondência pessoal trocada por Vargas e Borges, a pesquisadora investigou as motivações do rompimento entre as duas lideranças – a primeira local, e segunda a grande liderança estadual – e os conflitos em torno desta relação que refletiam as tensões entre o poder local e o estadual. Mesmo que apresentado a importância que o exercício do direito teve para a biografia de Vargas neste período, a pesquisa de Resende teve como foco central a atuação de Vargas como político, em especial o seu retorno à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, no ano de 1917, com o respaldo de Borges de Medeiros. Da mesma forma, Eliane Colussi discutiu a violência política advinda da cisão do PRR em São Borja em seu artigo de 2007⁴², detendo-se mais no auge do conflito entre 1913 e 1917.

Portanto, a relação entre a prática do Direito e a iniciação política partidária regional foi pouco explorada pela grande maioria dos biógrafos de Getúlio, muito mais interessados em produzir uma lista dos feitos e defeitos do biografado – conforme a posição ideológica do pesquisador – do que explorar mais profundamente estes aspectos que formaram a personalidade de Vargas. Logicamente, para os estudos nacionais, a principal preocupação destes trabalhos sempre recaía em sua trajetória como chefe da nação, vista como muito mais importante que sua caminhada regional. Contudo, acredito que o resgate desta experiência de longos anos se faz necessária para uma investigação mais profunda sobre a origem da figura de Vargas e o seu papel decisivo na mudança de estrutura política com o fim da Primeira República representado pelo chamado movimento revolucionário de 1930.

Mais do que apenas estabelecer um perfil mais aprofundado de Getúlio Vargas como advogado, a presente monografia busca reconstruir o panorama político da Primeira República no Rio Grande do Sul e seus reflexos na cidade de São Borja,

⁴⁰ NETO, 2012.

⁴¹ REZENDE, (2010).

⁴² COLUSSI (2007): p. 84-95.

buscando na trajetória do jovem advogado Getúlio o modelo de transição das lideranças tradicionais demonstrando a importância da advocacia para a consolidação de um domínio político. Também procura a articulação com novas pesquisas, trazendo visões contemporâneas para as questões levantadas. A tudo isso somar-se a utilização como principal fonte primária do Almanak Laemmert ou Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial do Distrito Federal⁴³, um anuário com dados estatísticos, descrições dos serviços administrativos, sociais e laborais dos municípios brasileiros. Nele encontramos uma série de dados interessantes para a reconstrução do ambiente social da cidade de São Borja, nomeando seus principais cidadãos e seus cargos.

Assim, no capítulo 1, apresenta-se a questão específica do coronelismo no estado e as novas relações de poder impostas pelo modelo republicano, dando especial ênfase ao capital simbólico que representava o diploma de advogado para a legitimação das novas lideranças regionais. A seguir, introduzimos o contexto regional do Rio Grande do Sul, com o domínio político do PRR centralizado nas figuras de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Em seguida, ainda investigaremos o contexto da cidade de São Borja e a disputa regional entre a família Vargas e seus opositores pela busca do poder regional e a sua legitimação. Por fim, no capítulo 2, tratamos da trajetória de Getúlio Vargas como advogado, a construção de sua complexa rede de relações e troca de favores e a sua atuação em paralelo como deputado estadual, até a sua consolidação como uma nova liderança regional e sua definitiva viagem ao Rio de Janeiro para assumir vaga como deputado federal, em busca de objetivos políticos mais elevados, agora no nível nacional. Após essa data, Getúlio não teria mais tempo para o exercício da advocacia.

Desta forma, mais do que a preocupação factual com os casos defendidos, este trabalho se propõe a investigar um tema mais amplo, inserido em uma dinâmica histórica e sociológica do jogo político-partidário das alianças e dos favores na luta pelo poder. A importância dos profissionais da área do direito no Estado do Rio Grande do Sul e a inegável associação entre a prática política e o exercício da advocacia – aqui estudados através da trajetória de Getúlio Vargas.

⁴³ O Almanak Laemmert é considerado um dos primeiros almanaques publicados no Brasil - a sua primeira edição foi em 1844, editado pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert.

1. BORGISMO, ADVOCACIA E AS NOVAS RELAÇÕES DE PODER EM SÃO BORJA (1909 a 1923).

1.1. As Velhas e as Novas Estratégias para a Dominação Política: O coronelismo e a advocacia como capital simbólico para a legitimação de poder.

Neste contexto de constantes negociações políticas envolvendo interesses pessoais e trocas de favores, é inegável a importância que a formação jurídica tinha para o alcance de posições de destaque na sociedade brasileira, em especial no campo político⁴⁴. Ao longo do século XIX a sociedade brasileira precisou procurar uma nova estruturação, uma forma de manter unidas as antigas possessões coloniais portuguesas, agora sob a bandeira brasileira. Essa unificação ideológica procurada, segundo José Murilo de Carvalho⁴⁵, teria sido alcançada, pelo menos pela elite política, através do curso de direito. Prova disso seria a criação de cursos de Direito, visto como uma prioridade do governo imperial desde os primeiros atos da Assembleia Constituinte de 1823⁴⁶ e instituídas a partir de 1827⁴⁷ em duas cidades importantes: Olinda (Recife) e São Paulo. A partir delas formou-se um espaço institucional capaz de formatar a “*intelligentsia*” nacional própria, independente das escolas portuguesas e francesas então tradicionais. Mais do que a busca pelo academicismo, estas faculdades transformaram-se em antessalas das Câmaras, um local onde os acadêmicos poderiam exercitar a política, segundo Joaquim Nabuco⁴⁸, um local para a formação e introdução ao mundo político da corte. E a política partidária passa a atrair cada vez mais a comunidade acadêmica – professores e alunos – e uma grande parte destes passam a ocupar cargos públicos, além dos políticos propriamente ditos.

Contudo, no mundo do interior brasileiro, a situação era um pouco diferente. Se na corte havia todo um ambiente refinado de formalidades, nos interiores provincianos a regra ainda era outra. Lá quem dominava eram os “grandes proprietários rurais”, senhores de extensas áreas e chefes absolutos de seus grupos familiares extensos, com agregados e capangas. Nesse ambiente, as relações eram determinadas pela personalidade, onde os coronéis seriam os centros de poder no qual gravitam ao seu redor os demais habitantes – começando pela mulher, filhos, irmãos, primos e passando pelos

⁴⁴ GRIJÓ (2005): p.19.

⁴⁵ CARVALHO (1996): p.55.

⁴⁶ GRIJÓ (2005): p.19 e SIMÕES LOPES (1983).

⁴⁷ GRIJÓ (2005): p.20.

⁴⁸ NABUCO (1997): p.45-46.

agregados, peões e capangas, todos sob o seu comando. No caso do Rio Grande do Sul, o estancieiro assume a centralidade desta estrutura – um misto entre miliciano e produtor rural – que se impunha no cenário dominando os subalternos, quer seja pela ordem econômica, quer seja pela ordem militar. Assim, além da família, o estancieiro sul-rio-grandense passa a dominar o pampa e a sua figura mais característica, cantada em verso e prosa. O gaúcho nômade, o cavaleiro do pampa, que passou a orbitar a gravidade do grande estancieiro, servindo como assalariado sob as suas ordens, em termos de dependência pessoal, juntamente com os posteiros e peões da estância. A relação de trabalho aqui configurada era a de patronagem/clientela caracterizados pela proteção armada das terras e das pessoas da família do estancieiro, além dos serviços econômicos prestados.

Grijó⁴⁹ aponta para uma origem perdida deste mundo rural, com sua formação remontando para o período colonial e sofrendo poucas mudanças desde então. O que mais importava para nessa estrutura eram as lealdades pessoais, construídas a ferro e fogo pelos dominantes sobre os dominados. Essa dominação processou-se de *forma elementar*, de pessoa a pessoa nos termos descritos por Bourdieu, baseando-se na troca de encargos e favores recíprocos e cumulativos. Ou seja, o domínio destes estancieiros definiu-se a partir de um capital simbólico que acabou autorizando-o a ocupar tal posição hierárquica. Nestes termos, formou-se gradativamente aquilo que Bourdieu⁵⁰ chamou de poder simbólico, mediante o qual as classes dominantes são beneficiárias de um capital, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilita exercer o poder. Para o autor, esses são instrumentos por excelência da integração social e tornam possível se obter o consenso acerca do sentido do mundo social o qual contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social dominante.

Essa situação começa a mudar lentamente com a Proclamação da República a partir do golpe militar de 15 de novembro de 1889. Dominado no princípio por militares, a República Brasileira logo acabaria sendo controlado pelos bacharéis em direito, em especial o grupo paulista e mineiro ligado ao café – principal produto de exportação da frágil economia nacional. Jovens, herdeiros políticos e do capital dos grandes produtores nacionais se reuniam nas academias de direito não apenas para estudar as leis, mas para serem introduzidos ao mundo da política. Mesmo estando afastadas do centro do poder no Rio de Janeiro, as escolas de direito de São Paulo e

⁴⁹ GRIJÓ (2005): p.41,

⁵⁰ BOURDIEU (2001).

Recife reuniam estes poucos escolhidos – pertencentes a grupos familiares já detentores de poder regional – e os dotava dos instrumentos necessários para exercerem o controle de suas posições políticas. Ao se formarem em Direito, o estudo em um curso superior proporcionava a esses jovens a oportunidade de constituir uma rede de conhecimentos e relações que lhe abriria os principais cargos e posições políticas regionais e nacionais.

Dessa forma, o diploma de curso superior em ciências jurídicas serviria como passaporte para a prática de uma política maior e intelectualizada, ao alcance de uma elite de filhos da aristocracia que dominavam a república. Às academias de Recife e São Paulo concorrem os filhos de proprietários rurais abastados, comerciantes, juízes, oficiais militares, detentores de altos cargos públicos, alguns ligados ao Rio de Janeiro, outros oriundos de várias partes do país, mas ambos os grupos já inseridos com seus grupos familiares nas redes de poder – tanto no âmbito nacional como no provincial. Caberia a estes bacharéis em direito, portanto, a legitimidade para tratarem dos assuntos mais importantes e, dessa forma acenderem aos principais cargos dirigentes da jovem nação. E esse engajamento e essa determinação não eram “espontâneos”, mas muito bem direcionados, vindos de “casa” como bem afirma Grijó. Ou seja, os estudantes já mantinham vínculos por laços diversos – parentesco, amizade, facção política – que se estreitavam e se cruzavam nas academias, reafirmando alianças, isolando outros grupos do acesso ao poder.

Para Grijó⁵¹, essa socialização operada a partir das escolas de direito proporcionava tanto a formação de “*critérios intelectuais*” para dirigir a política nacional como a “*homogeneidade ideológica*” do grupo da elite dominante. Logicamente, é a partir desse ambiente de estudos, discussões político-partidárias e compartilhamento de informações que se formará um conjunto de conhecimentos necessários para se alcançar o entendimento do jogo político jogado nas mais altas esferas do poder. Ou seja, em uma república ainda em consolidação, com uma quantidade imensa de pessoas afastadas de qualquer participação nas esferas de poder, coube aos advogados, aos bacharéis de direito formarem um grupo com a legitimidade e as ferramentas intelectuais capazes para conduzir os rumos da nação.

Mas qual seria esse instrumental, essa capacitação teórica que as escolas de direito e o título de bacharel capacitavam aos jovens da elite? No caso do Direito, falamos claramente da habilitação em termo de recursos culturais essenciais para a

⁵¹ GRIJÓ (2005): p.39.

publicidade de qualquer candidato a cargo político. Oratória, eloquência e conhecimento jurídico qualificam o discurso político. Além disso, a necessidade de articulação com o jornalismo e a literatura em geral passam uma cultura letrada muito valorizada nos ambientes da corte e da aristocracia nacional e regional, causando admiração na população em geral, geralmente de pouca instrução e analfabeta. Além disso, aquele conjunto das relações sociais estabelecidas ou reforçadas – com colegas e professores nos “clubes acadêmicos” e “repúblicas” estudantis – estabelecem laços importantes para a continuidade do exercício da política partidária, da magistratura e da diplomacia.

Como nos fala o professor Luiz Alberto Grijó:

“Mesmo que um aluno retornasse depois de formado à sua paróquia de origem, que assumisse os negócios rurais e/ou comerciais e/ou político-partidários de seu grupo familiar, carregava consigo tais recursos que poderia utilizar na obtenção de vantagens do governo, de posições dele dependentes, como títulos e honorarias, de créditos financeiros, e/ou lograr assumir cargos eletivos ou outros quaisquer.”⁵²

Em resumo:

“As escolas, portanto, serviam como um lugar de cruzamento de trajetórias sociais, onde uns e outros adquiriam estatutos formalmente semelhantes e passavam a compartilhar de um espaço de intensas relações entre vivências, lógicas e ethos diferentes, mas com a tendência geral de que os elementos relacionados com o que se considerava legítimo nas disputas político-partidárias pelas elites que gravitavam em torno do Rio de Janeiro se impusesse.”⁵³

Portanto, o mundo do interior e a Corte não se encontravam totalmente isolados e, muito pelo contrário, estava em constante contato, se interpenetrando em trocas econômicas e políticas. E, dentre as formas de relação, uma das mais comuns era através da formação das novas lideranças, enviadas ao centro do país para complementar a sua educação. Portanto, podemos entender a socialização difundida a partir das escolas de ensino superior como a construção de uma base cultural para a formação de uma elite nacional, capacitando-a para a disputa do jogo político da corte – até 1889 – e da república. Mesmo que a estrutura política se modifique com o golpe de 1889, os bacharéis continuam a dominar o aspecto político nacional. Para Luiz Alberto

⁵² GRIJÓ (2005): p.54.

⁵³ GRIJÓ (2005): p.54.

Grijó:

“O mundo da corte está relacionado com o tipo de entendimento do jogo político que os agentes da estruturação e governo do Estado nacional compartilham. A socialização operada a partir das escolas de direito seguia por certo esses padrões. Para os oriundos ‘do campo’ e mesmo para os que eram desprovidos de recursos econômicos e sociais por serem de uma extração social mais baixa, o domínio da lógica das disputas político-partidárias consideradas legítimas no Rio de Janeiro abria a possibilidade de atuação em esferas sociais diferentes daquelas de origem, as paróquias interioranas ou as dos grupos sociais subalternos. A lógica e os recursos necessários para atuar nesse mundo podiam ser adquiridos ao longo da vida acadêmica: a muito valorizada eloquência, o conhecimento, mesmo que muito superficial, dos ‘clássicos’ modernos e antigos da poesia e da prosa literárias, dos códigos legais portugueses e de outros países, bem como dos textos jurídicos nacionais a medida em que vinham sendo produzidos, o exercício do jornalismo e da retórica literários e/ou político-partidários, enfim, um variado e mesmo ‘ecclético’ instrumental cultural de origem européia em geral e luso-brasileira em particular.”⁵⁴

Portanto, No contexto regional do Rio Grande do Sul, a política começava a mudar o seu ambiente de disputa, passando do campo de batalha – onde o militar possuía os recursos bélicos necessários – para o gabinete, onde os políticos com formação acadêmica – em especial a advocacia – possuíam recursos culturais muito mais valiosos. Contudo, essa transformação que vinha se processando desde a Proclamação da República (1889) e tornava-se mais evidente a medida em que os governos civis da chamada República Oligárquica (1894-1930) assumiam o controle político do país, acontecia de um modo diferente no Estado. A disputa fratricida entre republicanos e federalistas manteria o Rio Grande do Sul dividido e em estado de tensão ao longo de quase todo o período da Primeira República e as novas lideranças regionais teriam que conviver em um ambiente belicoso por muito mais tempo do que nos outros estados do país.

1.2. A Formação do Contexto Regional Gaúcho: a ascensão do PRR de Júlio de Castilhos a Borges de Medeiros.

Um movimento republicano mais organizado no Rio Grande do Sul começou por volta da década de 1880, com o retorno de alguns jovens profissionais gaúchos que

⁵⁴ GRIJÓ (2005): p.39.

foram estudar em outras partes do Brasil⁵⁵. O embrião do movimento em terras gaúchas havia sido lançado em 1878, com a fundação do Club Republicano de Porto Alegre, mas um movimento organizado sistematicamente só seria implantado a partir da participação dessa nova geração de jovens profissionais do direito, engajados nos ideais federalistas e positivistas já amplamente propagados no Rio de Janeiro e São Paulo. Imbuídos deste espírito, os republicanos gaúchos organizaram uma convenção, em fevereiro de 1882 para efetivar formalmente a criação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) tendo no Manifesto Republicano do Rio de Janeiro, de 1870, a sua linha mestra ideológica, marcadamente federalista e positivista. O jornal “A Federação”, fundado em 1883 e que começou a circular em primeiro de janeiro de 1884⁵⁶, era o órgão oficial de divulgação destes ideais republicanos. Como seu editor chefe, Júlio de Castilhos passou gradativamente a dominar o PRR gaúcho cativado por sua liderança e sua capacidade de comando. Recém formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, Júlio já havia atuado como jornalista e propagandista do regime republicano naquela cidade.

Contudo, apesar dessa “agitação” promovida pelos republicanos gaúchos, o grupo ainda era pequeno comparado a hegemonia do Partido Liberal (PL) do líder Gaspar Silveira Martins ou mesmo do Partido Conservador (PC). O golpe militar de 1889 que derrubou o Imperador Dom Pedro II e levou ao poder o Marechal Deodoro da Fonseca promoveu, no Rio Grande do Sul, a ascensão do minoritário PRR e dos líderes republicanos Júlio de Castilhos e Ramiro Barcellos que participaram da montagem do governo nos marcos do novo regime, com o auxílio de ex-membros do PC e militares⁵⁷. O militar e liberal Visconde de Pelotas assumiu o Governo Provisório a fim de promover uma transição mais calma e pacífica, contudo, os republicanos sabiam que governariam tendo uma minoria em uma província dividida, próxima de uma cisão. Não disposto a dividir o poder, Júlio de Castilhos foi afastando aos poucos seus opositores, quer eles estivessem ligados ao antigo regime imperial, quer fossem companheiros republicanos. De forma hábil, Castilhos manipulou apoios, promoveu a substituição de funcionários públicos por aliados seus e controlou o comando da Guarda Nacional, assumindo, em pouco tempo, a posição de líder incontestável do PRR e do novo regime no Estado. Como resultado, não foi difícil para Júlio de Castilhos montar uma máquina

⁵⁵ LOVE (1975): p.29.

⁵⁶ RAUSCH & HOHLFELDT (2007): p.02.

⁵⁷ GRIJÓ (2010): p.163.

no PRR capaz de controlar o Estado, mesmo estando afastado formalmente do governo⁵⁸. Intolerante em relação a outras opiniões⁵⁹, Castilhos era discípulo ardoroso de Augusto Comte e incorporou alguns princípios positivos a doutrina republicana gaúcha: um governo forte, centralizado e ditatorial, o apoio das classes conservadoras e a ordem como base para o progresso social. Praticamente ditando a Constituição Estadual⁶⁰, o líder do PRR impôs uma organização centralizada para o Estado, fazendo o Legislativo, então chamado de Assembleia dos Representantes, funcionar de forma limitada, centrando-se na aprovação da receita e da despesa orçamentária⁶¹. Estruturou-se uma institucionalização autoritária que permitiu o aparelhamento da Justiça e viabilizou intervenções nos municípios rebeldes⁶², permitindo ao grupo de republicanos minoritários se impor no poder.

Esse ambiente de tensão crescente se tornou ainda mais explosivo com o retorno de Gaspar Silveira Martins do exílio europeu em fevereiro de 1892⁶³ para organizar o novo Partido Federalista, reunindo as antigas forças liberais e dissidentes republicanos. O terror e a violência instalaram-se no estado do Rio Grande do Sul e a degola⁶⁴ passou a ser lugar comum entre as duas facções em combate: republicanos de Júlio de Castilhos e federalistas de Silveira Martins. A guerra, de uma forma mais formal, era inevitável e a eleição de Castilhos como presidente do estado, em novembro de 1892, serviu apenas como estopim para uma situação já evidente. Em 02 de fevereiro de 1893 o Rio Grande do Sul mergulhava em nova guerra fratricida, que passaria a ser conhecida como a Revolução Federalista de 1893⁶⁵. Mal preparados em número e material, os federalistas enfrentaram uma força castilhista organizada e com apoio do governo federal. Sua força estava ligada principalmente aos estancieiros da Campanha gaúcha e da Serra, antigos liberais apoiadores de Silveira Martins e que foram afastados das esferas de poder pelo novo regime republicano. Entre os seus líderes despontavam nomes como Gumercindo

⁵⁸ A instabilidade política destes primeiros anos da República no Rio Grande do Sul pode ser medida pelo número de vezes que o Estado mudou de mãos: 18 vezes entre a Queda do Império e a segunda posse de Castilhos em janeiro de 1893. Segundo LOVE (2011): p.75.

⁵⁹ LOVE (1975): p.37.

⁶⁰ Castilhos foi o autor do projeto constitucional para o Rio Grande do Sul. Segundo GRIJÓ (2010): p.63.

⁶¹ LOVE (1975): p.39.

⁶² AXT (2011): p.119.

⁶³ LOVE (1975): p.53.

⁶⁴ Descreve LOVE (1975): p.62: “A vítima era forçada a ajoelhar-se de mãos atadas ante seu executor e a colocar sua cabeça entre as pernas de seu algoz, que rasgava suas artérias carótidas num golpe súbito de faca”.

⁶⁵ Marca o início da revolta a batalha de 02 de fevereiro em Bagé, quando um bando federalista cruzou a fronteira uruguaia e atacou esta cidade gaúcha como destaca LOVE (1975): p.66.

Saraiva, Aparício Saraiva, Joça Tavares, Joaquim Pedro Salgado, Dinarte Dornelles (avô de Getúlio Vargas) e outros. Já as forças de Júlio de Castilhos contavam com apoio das tropas da Brigada Militar e de forças federais sob o comando do general Hipólito Ribeiro, mandado pelo Presidente Floriano Peixoto para apoiar o líder republicano gaúcho. Além disso, os chamados pica-paus contavam com a adesão de importantes lideranças políticas republicanas locais como o coronel Manoel Nascimento Vargas (pai de Getúlio Vargas) em São Borja e o senador Pinheiro Machado, que deixou a sua cadeira no senado para organizar e liderar a Divisão do norte durante o conflito.

O resultado do embate destas forças foi uma das guerras civis mais sangrentas da história do Brasil, um confronto que durou 31 meses e produziu cerca de dez a doze mil mortes em um estado com cerca de um milhão de habitantes na época⁶⁶. A estes dados somam-se os inúmeros casos de crueldades e atrocidades das quais o estupro e a degola foram os mais notórios. E, assim como toda a guerra civil, a tragédia da divisão em família mostrou-se como mais uma consequência do conflito⁶⁷. Diante da impossibilidade de sucesso da revolta, os líderes Joca Tavares e Silveira Martins assinaram a paz em 23 de agosto e, um mês depois, foi declarada a completa anistia para os revoltosos. Joseph Love⁶⁸ aponta como consequências diretas do conflito a polarização política no Rio Grande do Sul que continuou a girar em torno de dois bem organizados partidos políticos, em contraste com a maioria dos outros estados brasileiros. Neste sentido, Loiva Otero Félix assinala para a formação de dois projetos políticos conservadores no Rio Grande do Sul: de um lado o republicanism autoritário de Castilhos e, posteriormente, de Borges de Medeiros; de outro o liberal parlamentarista dos gasparistas/federalistas.⁶⁹

Vitorioso, o projeto conservador autoritário de Castilhos consolidou um sistema de governo centralizado e de cunho ditatorial, onde o poder dos coronéis locais e regionais era muito mais limitado do que em outras partes de federação, o que impossibilitava uma revolta. Isso sem contar a importante ligação construída entre o PRR e um poderoso seguimento do Exército nacional que estava localizado no estado. Consequentemente, materializou-se uma importante mudança na composição política no Rio Grande, com a mudança de poder da tradicional elite estancieira liberal e

⁶⁶ Dados fornecidos por LOVE (2011): p.77.

⁶⁷ No caso de Getúlio Vargas, essa divisão pegou em cheio a história familiar do político gaúcho. Dinarte Dornelles era o líder maragato de São Borja e pai de dona Cândida Francisca, mãe de Getúlio. Já o pai de Vargas, coronel Manoel Vargas, era um dos principais líderes republicanos da região.

⁶⁸ LOVE (1975) e LOVE (2011): p.71-84.

⁶⁹ FÉLIX (1996): p.54 e 55.

conservadora ligada a Silveira Martins para uma aristocracia vinculada aos novos líderes republicanos. Essa mudança nas relações de poder no Rio Grande do Sul significou também uma mudança geográfica: antes, a maioria dos líderes políticos provinha da Campanha, após 1893-95 um número cada vez maior procedia da região serrana, incluindo o próprio Julio de Castilhos⁷⁰.

Assim, Castilhos implantou no Rio Grande do Sul uma estrutura de relações de poder em muitos aspectos semelhante ao que estava sendo constituída em outros estados do Brasil: o coronelismo.⁷¹ Em linhas gerais, podemos dizer que o coronelismo foi uma instituição sócio-política, uma forma peculiar de manifestação do poder privado em uma estrutura hierárquica de compromissos, uma troca de proveitos entre o poder público fortalecido e os chefes locais decadentes, notadamente os senhores de terra, mas que ainda possuíam influencia suficiente para sustentar a cooptação política. Em contrapartida, estes elementos de poder privado são alimentados pelo poder público que necessita de sua influência para manter o seu eleitorado, em função do regime representativo com sufrágio amplo, base do regime republicano. Dessa relação de interdependência hierárquica resultam as características secundárias do sistema: o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais entre outros, como aponta Victor Nunes Leal⁷².

Castilhos tinha amplo domínio sobre o Poder Judiciário, a Brigada Militar e um Parlamento enfraquecido que não chegava a ser forte o bastante para se impor frente à ditadura do executivo⁷³. Neste contexto, as eleições não passavam de um simples rito, uma justificativa para mostrar ao centro do país que no Rio Grande do Sul se seguiam às instituições republicanas. Igualmente, a existência de uma oposição federalista e as próprias cisões dentro do PRR foi utilizada de forma hábil por Júlio de Castilhos, que através da constante ameaça de um inimigo – quer seja externo, quer seja interno –

⁷⁰ LOVE (2011): p.76.

⁷¹ AXT (2011): p.120-124. É importante lembrar que para o contexto do Rio Grande do Sul no início do período republicano, a historiografia aponta para duas formas divergentes de interpretação. De um lado uma historiografia corrente que tem defendido a vigência de um quadro diverso para a situação gaúcha, diferente do restante do país para este período da Primeira República, chegando até mesmo a negar a participação do Estado no sistema coronalista de poder. Por outro lado, uma nova geração de pesquisadores ligados à academia, a partir das décadas de 1970 e 1980, passou a revisar esta historiografia mais tradicional, identificando mais características semelhantes entre o coronelismo e o sistema castilhista-borgista de poder do que diferenças. Neste contexto, o trabalho pioneiro de Loiva Otero Félix (1996) se destaca com sua análise detalhada da origem e evolução do poder político dos coronéis do Rio Grande do Sul e a formação do modelo de poder construído por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Axt se baseia em Loiva Felix para defender a tese de que o Rio Grande do Sul também integrou o sistema coronelista de poder.

⁷² LEAL (2012): p.44.

⁷³ AXT (2011): p.124.

conseguiu manter a imposição rígida de sua disciplina partidária e sustentar a sua incontestável liderança. Neste contexto de grupos sociais e interesses bem estruturados, somava-se uma gama de lealdades pessoais que ligavam os grupos de interesse e os partidos que lhes davam sustentos – PRR de um lado, Partido Federalista e, mais tarde, Partido Republicano Democrata e Partido Libertador, do outro – igualmente de caráter político-ideológico bem definido. O PRR sustentando o discurso ditatorial, centralizador e intransigente de seu líder e a oposição federalista defendendo o parlamentarismo, o federalismo e a revisão da Constituição de 1891 como alternativas para o autoritarismo castilhista.

Contudo, a morte de Júlio de Castilhos em outubro de 1903 lançou nova fase de incertezas e questionamentos não apenas no governo do Rio Grande do Sul, mas dentro do próprio PRR, com várias lideranças passando a questionar o projeto de continuidade proposto pelo sucessor político do líder do PRR. Antônio Augusto Borges de Medeiros havia surgido no cenário político gaúcho pela mão do próprio Castilhos, como seu homem de confiança, secretário que executava as ordens do mentor. Promotor de origem, Borges de Medeiros passou a rearticular toda a rede de compromissos e lealdades no interior do estado⁷⁴ construídas por Castilhos. Usando do poder que a constituição de 1891 outorgava à máquina estatal, Borges afastou numerosos colaboradores castilhistas, incentivando adversários e potencializando rivalidades antigas, como foi o caso de São Borja, como veremos mais adiante. Ao contrário de Julio de Castilhos, Borges de Medeiros procurou intervir de forma mais sistemática nos municípios, reforçando o poder administrativo do estado e diminuindo a margem de ação de seus colaboradores coronéis. O resultado foi a consolidação do conceito de chefia unipessoal, até então apenas almejado pelo político gaúcho⁷⁵. A partir de então o Borges de Medeiros passa a governar o Rio Grande do Sul tendo o monopólio sobre o governo baseando-se em uma estrutura de relações de poder definida pela autoridade praticamente ditatorial de seu chefe. Contudo, no interior do Estado, a situação ainda era de mudança, com conflito e rivalidades, muitas das quais incentivados pelo próprio governo de Borges.

1.3. Coronelismo, caudilhismo e novas lideranças regionais: a cidade de São Borja no Início do Século XX.

⁷⁴ AXT (2011): p.121.

⁷⁵ AXT (2011): p.122.

No interior do Rio Grande do Sul, onde a situação geográfica de fronteira para os países do Prata influenciou na constituição de uma sociedade com tendências autoritárias e com tradição militar ligada à atividade pecuarista, esse contexto regional havia influenciado no tipo de coronelismo ali praticado. Mais do que o burocrata, a tradição sul-riograndense destacava o “*aspecto caudilhesco*”⁷⁶ do coronel, a tradição de comando militar ligada ao estancieiro-caudilho que organizava seu grupo para a luta com ordem, disciplina, obediência e respeito a hierarquia. Dessa forma, os líderes regionais no Rio Grande do Sul, mais do que legitimados pelo seu conhecimento acadêmico, teriam que se afirmar através da liderança guerreira. Se os grandes líderes do partido eram advogados – Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros – os líderes interioranos ainda eram os grandes estancieiros, muitos dos quais ligados à antiga estrutura imperial representada pelo Partido Federalista e seu líder, Gaspar Silveira Martins.

*“À medida que a sociedade de caráter inicialmente militar consolidou-se, também estruturaram-se os grupos de parentela sob a liderança do chefe, em geral estancieiro ou charqueador, que passou a exibir também “traços de personalidade” compatíveis com as necessidades de tal tipo de sociedade. A liderança que exercia na guerra prolongou-se naturalmente na volta à estância, passou ainda a ser fator de pressão para a reciprocidade de poder com o Estado, muito embora, no Rio Grande do Sul, não funcionasse como a clássica base da pirâmide de poder, uma vez que em geral os interesses do centro não coincidem com os dos estancieiros. Em geral divididos ou na oposição, nem por isto deixaram de fazer valer seu prestígio e de obter reconhecimento de seu poder.”*⁷⁷

Dessa forma, o estancieiro passou a ser não apenas o chefe de um bando de soldados sob suas ordens, mas a ter a sua liderança reconhecida por um grupo social maior, formado pelos cidadãos do distrito e do município, e formalmente distinguido pelo aparelho estatal. Para Loiva Otero Félix, esse reconhecimento e domínio passaram a fundamentar as origens da estrutura coronelista no Rio Grande do Sul. De uma forma diferenciada em relação às outras regiões do Brasil, no sul, o líder do bando, o caudilho estancieiro tornou-se o “coronel”, representando a força política local, estando muito mais próximo de seu grupo do que o Estado, distante e abstrato localizado capital e na Corte do Rio de Janeiro, posteriormente, na Capital Federal. Esse esqueleto moldou-se

⁷⁶ FÉLIX (1996): p.30.

⁷⁷ FÉLIX (1996): p.28.

aproximadamente por dois séculos – a partir do processo de consolidação da província do Rio Grande em meados dos anos 1700 – e em meados do século XIX estava plenamente configurada. Félix destaca como principais elementos desta estrutura a formação de uma oligarquia militar com seu aspecto caudilhesco, a debilidade do clero e do sentimento religioso e a existência de um conjunto de valores sócio-culturais ligados ao militarismo tais como a relação de obediência, submissão à autoridade, valorização da coragem, uso da violência e do arbítrio e a presença da liderança civil forte em paralelo à oficial militar⁷⁸.

Esse contexto de legitimidade das lideranças coronelistas/caudilhescas ainda é forte no Rio Grande do Sul do final do século XIX e início do XX. Neste primeiro período republicano, onde a instabilidade ainda é marcante, os conflitos políticos que começam nos gabinetes políticos – palácio e assembléia – continuam nos campos, onde em lutas fratricidas sangrentas exigem a legitimidade de lideranças belicosas. Mais do que oratória, eloquência, conhecimento jurídico ou cultura geral, a legitimação do poder no interior do Rio Grande do Sul ainda passava pela questão militar, pela necessidade de uma liderança que inspirasse ordem, disciplina, obediência e respeito à hierarquia, além de um bom grupo de fiéis seguidores armados, logicamente. Portanto, no grande interior sul riograndense, onde a realidade urbana se resume a pequenas cidades sede dos municípios, a liderança tradicional com destaque aos aspectos belicosos e militares ainda era mais destacada que as qualidades políticas do bacharel em direito.

Contudo, um dos principais resultados da Revolta Federalista de 1893-95 foi a substituição das antigas lideranças regionais e a busca por uma centralização política e de poderes na mão do Presidente do Estado. Após a pacificação em 1895, Júlio de Castilhos buscou essa centralização política, patrocinada pelo PRR e passou a desvalorizar as antigas lideranças políticas mais tradicionais – ainda ligados a estrutura política anterior – e passou a valorizar novas lideranças. O centro da política passou a ser desenvolvida com muito maior relevância nos gabinetes do Palácio do Governo em Porto Alegre do que nas estâncias dos coronéis do interior. Neste ambiente, mais do que a pressão militar dos estancieiros, as lideranças regionais necessitavam também do vasto repertório cultural dado pelo diploma no curso de direito. Ao mesmo tempo, no interior do estado, os jovens herdeiros das elites regionais retornavam a suas cidades natais com

⁷⁸ FÉLIX (1996): p.29.

seus diplomas e a ideologia política transmitida através das faculdades⁷⁹. Com o status social adquirido através da formação em curso superior, estes jovens profissionais abriam o seu escritório de advocacia transformando-o em um braço articulador do escritório político, reunindo as forças locais, praticando a defesa das leis e dos cidadãos como degraus essenciais para a consolidação de sua imagem política. Com a prática da oratória e da negociação, características facilmente transpostas para o quadro político, o advogado tinha uma publicidade muito grande para alavancar sua carreira política. Lidando com diferentes tipos de clientes, desde os muito pobres até aos membros da elite, coube ao profissional de direito o papel de articular em diversos ambientes e facções, levando informações e se inserindo em variadas redes de relações e poder. Formava-se um amplo contexto de transição, onde a liderança do coronel/caudilho cedia cada vez mais espaço para o advogado/político⁸⁰.

Esse contexto conturbado de mudanças na forma e na legitimidade das lideranças políticas dos primeiros anos do regime republicano no Rio Grande do Sul, também se refletiu em um complexo quadro político no município de São Borja. Situada na fronteira oeste do estado, na chamada região das Missões⁸¹, foi elevada à categoria de cidade em 1887, tendo um papel importante no contexto regional gaúcho desde a Guerra contra o Paraguai em 1864-70, quando a então vila chegou a ser invadida pelas forças do ditador paraguaio Solano Lopes⁸². Neste início do período republicano, São Borja mostrava-se ainda uma cidade pequena e com muitos problemas de infra-estrutura tanto em sua área urbana como na região rural, como relatou Fernando O'Donnell⁸³. Segundo dados do Almanak Lammert⁸⁴ para o ano de 1903, o município tinha uma população de 15.978 habitantes divididos entre a sede e os distritos de

⁷⁹ Em nosso contexto de estudo teve importância fundamental a Escola de Direito de Porto Alegre – atual Faculdade de Direito da UFRGS - fundada em 17 de Fevereiro de 1900 e que foi tema de estudo detalhado por GRIJÓ (2005) em sua Tese de Doutorado.

⁸⁰ Como mostrou GRIJÓ (2010): p.159 a 184, afirmando que o período republicano desenvolveu um certo “processo civilizador” nos termos definidos por Nobert Elias, estabelecendo uma série de constrangimentos sociais para quem recorresse à violência. Grijó comparou os conflitos de 1893-95 e de 1923 no Rio Grande do Sul e mostrou como as representações e a historiografia os caracterizam de forma diferente: o primeiro violento e selvagem, com lideranças de modos caudilhescos e o segundo mais ameno e civilizado, especialmente pela presença de lideranças dos “doutores”, políticos de gabinete.

⁸¹ REZENDE (2010): p.56. São Borja é uma das cidades pertencente aos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, fundada em 1682 por padres Jesuítas para a catequização de índios.

⁸² Em 12 de junho de 1865 as tropas paraguaias cruzaram o rio Uruguai e invadiram a então Vila de São Borja com uma tropa de dez mil homens sob as ordens do tenente-coronel *Antônio de la Cruz Estigarribia*.

⁸³ Citado por RESENTE (2010): p.56 e 57.

⁸⁴ Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Rio de Janeiro – 1891 a 1940. Referência: PR_SOR_00165_313394. Disponível no Site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Yguaryaçá, Camaquan e Gaireno⁸⁵.

Em situação similar ao que aconteceu em outros municípios e no próprio estado do Rio Grande do Sul, a proclamação da República significou a transferência do poder regional das mãos do grupo de estancieiros ligados ao Partido Liberal e seu líder local – Serafin Dornelles – para o pequeno grupo republicano do PRR liderado por Manoel do Nascimento Vargas⁸⁶. Nestes primeiros anos de República, a rivalidade principal no Município de São Borja girava em torno de republicanos (pica-paus) e federalistas (maragatos). Contudo, um fator pessoal e familiar iria aumentar ainda mais tal rivalidade. É sempre importante lembrar que Manoel Vargas casou-se com Cândida Dornelles, filha de Serafin e irmã de Dinarte Dornelles – que se tornaria o sucessor do próprio pai como líder do Partido Federalista em São Borja. Portanto, quando estourou a Revolução Federalista, em 1893, a guerra civil atingiu também em cheio o núcleo das famílias Dornelles e Vargas, colocando em lados opostos Dinarte e Manoel.

Acabado o conflito em 1895, os republicanos de Júlio de Castilhos saem vitoriosos e, em São Borja, o poder local acaba ficando definitivamente com os republicanos. Contudo, independente da rivalidade ainda existente entre republicanos e maragatos, uma outra disputa pela hegemonia política se formava no município, formada dentro do próprio PRR: de um lado estavam os simpatizantes do coronel Manoel do Nascimento Vargas, do advogado Júlio Trois e de Francisco Rodrigues Lima; de outro estavam o médico Apparicio Mariense e a família Escobar⁸⁷. Formava-se em torno destes dois grupos uma grande rivalidade política e a busca pelo poder na cidade desencadearia um confronto violento, que levaria São Borja a beira de uma guerra intestina.

Colucci⁸⁸ aponta como período de maior gravidade neste conflito os anos compreendidos entre 1907 e 1916. A causa desse confronto, ainda segundo a mesma autora baseando-se nos estudos de Félix (1996), estava na política borgista de fomentar as dissidências locais para, a partir do conflito entre as partes, se colocar acima delas, reafirmando o seu comando e poder. Foi assim que Borges de Medeiros estava construindo a sua hegemonia, a partir de uma rede de compromissos com os coronéis municipais, o que permitiu a substituição de Apparicio Mariense da Silva dos postos que ocupa em 1907 – intendente municipal e chefe do PRR. A partir desse momento, o

⁸⁵ Nomes conforme a grafia de época.

⁸⁶ COLUSSI (2007).

⁸⁷ RESENTE (2010): p.85.

⁸⁸ COLUSSI (2007).

líder do PRR passou a incentivar a facção rival, levando ao poder o general Manoel do Nascimento Vargas como intendente, e seu filho mais velho, o truculento Viriato Vargas, como chefe municipal do partido.

Portanto, a ascensão da família Vargas aos mais altos cargos de poder em São Borja, a partir de 1908, coincide com o aguardado retorno do jovem advogado Getúlio Dornelles Vargas à sua cidade natal e demarca o início de um conflito cada vez mais violento pelo controle político do município⁸⁹. A experiência de Getúlio na capital do Estado – primeiro como estudante na Faculdade de Direito de Porto Alegre e líder estudantil junto ao PRR, depois como promotor público – serviria como mais uma ferramenta utilizada pelos Vargas para buscar o domínio sobre a política municipal.

⁸⁹ COLUSSI (2007): p.86.

2. DOUTOR GETÚLIO DORNELLES VARGAS – ADVOGADO EM SÃO BORJA (1909 A 1923).

2.1. A Formação intelectual de Getúlio Vargas: Direito e Política Partidária.

Como vimos anteriormente, a história da família Vargas em São Borja começa ainda nos tempos em que o patriarca Manoel do Nascimento Vargas, pai de Getúlio, serviu como soldado, na Guerra do Paraguai. Marchando contra as tropas invasoras, Manoel ficou sediado na Fazenda Santos Reis, de propriedade do major de milícias Serafim Dornelles. Após o final do conflito, Manoel retornou a cidade de São Borja com o dinheiro do soldo economizado e as honrarias militares adquiridas, disposto a se estabelecer na região. Comprou uma fazenda e algumas cabeças de gato e logo arranjou casamento com Cândida Francisca Dornelles, filha do major, em 1872. Do casamento de Manoel e Candoca nasceram cinco filhos, na ordem, Viriato, Protássio, Getúlio, Espártaco e Benjamin. Quando Getúlio nasceu, em 19 de abril de 1882, sua família já estava firmemente estabelecida na região, tendo sua atividade ligada à pecuária. Assim como os irmãos mais velhos, Getúlio fez seus primeiros estudos primários na própria cidade de São Borja, em uma escola particular dirigida por um negro, Francisco Braga⁹⁰ e, posteriormente, seguiu para a cidade mineira de Ouro Preto, para completar seus estudos secundários, onde Viriato e Protássio se encontravam estudando engenharia.

Após o famoso incidente na cidade mineira⁹¹, os irmãos Vargas retornaram para São Borja, seguindo por caminhos diferentes em relação a sua formação acadêmica. Viriato tentou de tudo um pouco, trabalhando inclusive como rábula⁹² no escritório do advogado Júlio Garcia Trois.⁹³ Protásio continuou os seus estudos e formou-se em engenharia, retornando para São Borja onde chegou a participar da administração

⁹⁰ BOURNE (2012): p.28.

⁹¹ Quando Getúlio e seus irmãos – Viriato e Protásio – se envolveram numa briga que terminou com a morte do estudante paulistano Carlos de Almeida Prado Júnior em 7 de junho de 1897. O caso seria lembrado por muito tempo, sendo resgatado pelo polêmico jornalista Carlos Lacerda para difamar ainda mais a imagem de Getúlio nos anos 1950, acrescentando mais “lama” ao mar de “atrocidades” das quais o jornalista atribuía à figura de Vargas.

⁹² Segundo a Enciclopédia Jurídica, rábula era o “nome dado a pessoa que advoga sem diploma ou ao advogado formado, mas com pouco conhecimento da cultura jurídica (...)”. No Caso de Viriato, era não possuía formação acadêmica mas trabalhava na banca de advocacia de Júlio Garcia Trois. (<http://www.encyclopedia-juridica.biz14.com/pt/d/r%C3%A1bula/r%C3%A1bula.htm>).

⁹³ Como mostra o documento GV c 1908.05.07, carta de Viriato Dornelles Vargas a Getúlio, comentando seu trabalho no escritório de advocacia de Júlio Garcia Trois em São Borja. Disponível no site do CPDOG da Fundação Getúlio Vargas, endereço: <http://www.cpdog.fgv.br>. RESENDE (2010): p. 65 e 66, acrescenta que Viriato trabalhou no escritório de Júlio Trois apenas enquanto Getúlio não retornava a São Borja.

municipal como sub-intendente entre 1915 e 1917⁹⁴. Já Getúlio, inicialmente, tentou a carreira militar, tornando-se, em 1898, soldado na guarnição de seu município natal. Posteriormente, matriculou-se na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo em 1900, onde permaneceu por dois anos.⁹⁵ Envolvido em um conflito interno de indisciplina, Getúlio acabou sendo expulso da escola, voltando rebaixado a simples soldado ao 25º Batalhão de Infantaria de Porto Alegre⁹⁶, a fim de terminar o seu serviço militar.

Sem a perspectiva de alcançar uma alta patente militar, Getúlio resolveu ingressar na recém criada Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, conciliando os seus estudos preparatórios com a rotina militar. Na verdade, o ingresso de um dos filhos do general Manoel no mundo da advocacia era visto como essencial para a estratégia de domínio da família Vargas⁹⁷. Manoel sabia muito bem que no contexto político da Primeira República a formação acadêmica e, ainda mais, a profissão de advogado era uma forma de potencializar a atividade política. Como as confusões de Viriato⁹⁸ e seu pouco gosto pela vida acadêmica haviam impedido que o irmão mais velho dos Vargas de conseguir um diploma escolar de nível superior, coube a Getúlio cumprir esse intuito. Enquanto aguardava a sua baixa, ainda no ano 1902, o jovem Getúlio participou da Coluna Expedicionária do Sul, que se deslocou para Corumbá, durante a disputa entre a Bolívia e o Brasil pela posse do Acre⁹⁹. Resolvida a disputa de forma pacífica – através do Tratado de Petrópolis – Getúlio retornou a Porto Alegre sem a necessidade de combater, podendo, finalmente, dedicar-se a aos estudos. Na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1904, Vargas passou a atuar cada vez mais na política acadêmica e partidária¹⁰⁰, filiando-se a um grupo de jovens interioranos da elite do estado do Rio Grande do Sul reunidos em torno de um centro estudantil, uma espécie de ala jovem do Partido Republicano do Rio Grande do Sul. O chamado Bloco Acadêmico Castilhistas¹⁰¹ passou a atender um propósito específico a partir de sua criação em 1907: ajudar na campanha do candidato oficial do PRR Carlos Barbosa Gonçalves à presidência do

⁹⁴ Segundo dados do Almanak Laemmert para os anos de 1915 e 1917, tendo como intendente Antonio Garcia da Rosa. Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Rio de Janeiro – 1891 a 1940. Referência: PR_SOR_00165_313394. Disponível no Site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

⁹⁵ Foi justamente neste breve período como militar que Getúlio conheceu os cadetes Eurico Gaspar Dutra (NETO, 2012: p.65 e VARGAS, 2014: p.33) e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que se tornariam companheiros na Revolução de 1930. Dutra, Góis e Vargas ainda seriam co-signatários do manifesto do Bloco Acadêmico Castilhistas, em 1907 (GRIJÓ, 2005: p.181 e LOVE, 1975: p.90).

⁹⁶ NETO (2012): p.70.

⁹⁷ RESENDE (2005): p.65.

⁹⁸ Como o incidente em Ouro Preto, descrito anteriormente.

⁹⁹ NETO (2012): p.72.

¹⁰⁰ BOURNE (2012): p.30.

¹⁰¹ LOVE (1975): p.90.

estado. Seu opositor, Fernando Abbott fora chefe do partido republicano em São Gabriel e seguidor de Julio de Castilho (1860-1903), e agora, com o líder morto, havia se candidatado contra a vontade de Borges de Medeiros, ganhando a simpatia dos antigos adversários federalistas. Panfletário, Vargas (então no quinto ano) e seus colegas de faculdade, criaram o jornal “O Debate” onde publicavam acalorados artigos em defesa do “castilhismo” e de Borges de Medeiros e seus correligionários como os verdadeiros herdeiros políticos.

Tal empenho do Bloco Acadêmico Castilhista rendeu aos seus principais representantes benefícios junto à cúpula do PRR. Vencida a eleição por Carlos Barbosa, ainda em novembro de 1907, o líder e ainda presidente do estado Borges de Medeiros tratou de distribuir as benesses aos que haviam apoiado o lado vencedor¹⁰². Ao jovem Getúlio Vargas, prestes a receber o diploma de bacharel em Direito, coube o cargo de segundo promotor em Porto Alegre. Iniciava-se a trajetória de Getúlio, como advogado, aos 25 anos de idade, abrindo as portas para a política e o poder regional. Esta passagem pela promotoria estadual foi estudada mais profundamente pelos historiadores do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Álvaro Bischoff e Cíntia Vieira Souto (2004) que resgataram essa breve, mais importante trajetória do então jovem advogado. Segundo os historiadores, parcela significativa dos biógrafos de Vargas apenas “*alude a sua passagem pelo Ministério Público*” enquanto outra “*simplesmente nada comenta*”¹⁰³. E é justamente a partir desta experiência que Getúlio ingressaria de forma mais profunda nas relações entre a política e as instituições jurídicas no contexto da Primeira República no Rio Grande do Sul, relações estas que se aprofundariam ainda mais a partir de seu retorno a São Borja, como veremos mais a frente.

Vargas foi nomeado como promotor em 17 de janeiro de 1908, entrando em exercício três dias depois¹⁰⁴. Já no dia 06 de fevereiro, Getúlio fazia a sua estréia no júri em processo contra os réus Paschoal Donato e Nino Felipe. Infelizmente, o processo não foi encontrado no Ministério Público e não temos notícia do resultado. Souto e Bischoff resumem os casos que Vargas atuou como sendo:

“A maior parte dos processos em que funcionou Getúlio Vargas referiam-se a lesões corporais, crime de defloração, alguns poucos homicídios, tipificados no Código Penal criado pelo Decreto

¹⁰² NETO (2012): p.102.

¹⁰³ SOUTO & BISCHOFF (2004): p.19

¹⁰⁴ SOUTO & BISCHOFF (2004): p.26.

*847, de 11/10/1890, do Presidente Deodoro da Fonseca. Os crimes refletiam, nostálgicamente, a Porto Alegre do início do século XX.”*¹⁰⁵

Segundo Souto e Bischoff, Vargas atuou em cerca de 48 processos¹⁰⁶ neste pouco mais de um ano que exerceu o cargo de promotor. Contudo, no começo do ano de 1909, Getúlio Vargas resolveu pedir seu afastamento e retornar para São Borja, para atuar como advogado. Seu irmão mais velho, Viriato, teria pedido o retorno de Getúlio para auxiliar a gerenciar os negócios da família. O próprio coronel Manuel Vargas, então intendente de São Borja, já havia pedido ao filho que retornasse para a cidade, achando que os interesses políticos da família seriam melhor defendidos na própria São Borja do que na capital do Estado.

*"Poderia parecer insanidade, para alguém com toda uma carreira por construir na capital do estado, imaginar-se trocando a promotoria pública em Porto Alegre por um encargo subalterno na distante e provinciana zona missioneira. Mas, para Getúlio, o cálculo político a fazer não era tão elementar assim. O próprio líder Borges de Medeiros defendia que carreiras partidárias precisavam ser construídas pela base.”*¹⁰⁷

Ou seja, possivelmente o retorno de Vargas como advogado formado já fazia parte da estratégia da Família Vargas, usando a sua experiência e a divulgação adquirida como promotor em Porto Alegre para alavancar a sua carreira de político e a defesa dos interesses da família em sua cidade natal.

2.2. Getúlio Vargas Advogado – o retorno a São Borja em busca de legitimidade para o poder regional.

*A promotoria durou pouco. A 'querência' o chamava de volta e o coração também, Já havia pôsto os olhos na filha mais moça de um dos grandes amigos de seu pai, Antônio Sarmanho, estancieiro e comerciante em São Borja.*¹⁰⁸

¹⁰⁵ SOUTO & BISCHOFF (2004): p.26.

¹⁰⁶ Segundo os autores da pesquisa, Getúlio nem sempre acompanhou os processos na íntegra, em alguns ele atuou somente na apresentação da denúncia, em outros no libero e em outros somente no júri (SOUTO & BISCHOFF (2004): p. 27.

¹⁰⁷ NETO (2012): p. 108.

¹⁰⁸ PEIXOTO (1960): p.16.

Quando Getúlio Vargas retornou à São Borja para as festas de final de ano – em dezembro de 1908 – parece que seu destino já havia sido escolhido. Getúlio era mantido informado da situação política da cidade, da ordem social dominante, através de cartas enviadas pelo irmão Viriato e pelo pai, o coronel Manoel Vargas. Seu retorno era esperado, já que mesmo após ser nomeado promotor, Getúlio permanecia no acanhado quarto de pensão onde viveu seus anos de estudante na Faculdade de Direito, denunciando que sua situação não definitiva. Parecia mesmo que o cargo de promotor público serviu mais como um período de experiência e divulgação¹⁰⁹ de seus feitos do que como parte um projeto mais definitivo. Assim, o pedido de licença do cargo de promotor no final do ano de 1908, por três meses, era provisório, mas serviria para o jovem advogado sondar o ambiente e preparar o seu retorno para casa. A calorosa recepção patrocinada por Antônio Sarmanho – importante empresário local e futuro sogro de Vargas – demonstrou não apenas o grau de prestígio que o jovem advogado adquiriu entre as famílias mais poderosas da região, mas a importância social que o título adquirido proporcionava. Descreve o jornalista e um dos mais recentes biógrafos de Vargas, Lira Neto:

“Getúlio foi recebido com festa na volta a São Borja. Como as notícias forenses de A Federação eram orgulhosamente reproduzidas nas páginas do jornal republicano da cidade – o Uruguay –, os são-borjenses acompanhavam com interesse, passo a passo, a trajetória profissional daquele jovem promotor que, tempos antes, saíra dali tão discreto, um menino sempre tão calado. Reaparecia homem feito, aos 26 anos, com a reputação em alta e a frente mais larga, por causa das primeiras entradas laterais na cabeleira negra.”¹¹⁰

Getúlio retornava para São Borja, uma comarca de um só termo formada pelos distritos de São Borja, Iguaryaçá, Camaquan e Pyratini, então com uma população total de 21.000 habitantes, sendo que destes, apenas 1.075 eram eleitores, segundo dados do Almanak Laemmert¹¹¹ para o ano de 1909¹¹². Segundo a mesma fonte, a comarca

¹⁰⁹ O jornal “O Uruguay” reproduzia as notícias vinculadas pela “Federação” que exaltavam o trabalho de Getúlio como promotor, fazendo a propaganda oficial do PRR e divulgando o nome do filho pródigo de São Borja aos seus conterrâneos.

¹¹⁰ NETO (2012): p.103.

¹¹¹ O Almanak Laemmert ou Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial do Distrito Federal foi um dos primeiros almanaques com informações e dados censitários que cobriam a maioria dos municípios brasileiros. O acervo – disponível digitalizado e on line pela Fundação Biblioteca Nacional – constituía-se inicialmente de 46 edições (1844 a 1889) tendo sido ampliado com mais 43

contava então com três advogados – Julio Garcia Trois, Dr. Homero Baptista e Candido Marques da Rocha – além de um juiz distrital – Dr. Leão Alfredo Berthe – e um promotor público – Dr. Fabriciano Julhinho Braga. Ainda completavam a estrutura judiciária do município para o ano de 1909 os notários Bernardino Alves Ferreira e Felisberto Baptista, a escritã da provedoria e casamentos Andrea Moligan, o escrivão do cível e crime João Maria Marques e o de Órfãos e Ausentes, João Garcia Trois.¹¹³

Na bagagem, além das encomendas para os amigos e familiares, Getúlio trazia os muitos volumes de sua biblioteca particular, deixando explicito a sua escolha de ficar em definitivo na cidade. A escolha por deixar a Promotoria na capital do Estado e advogar em uma cidade do interior poderia parecer, em princípio, um erro. Na capital, Getúlio estava muito mais próximo do centro do poder, aparecendo na imprensa oficial e, portanto, com mais oportunidades para a sua acessão política. Contudo, no início do século XX, o cálculo de construção de uma trajetória política muitas vezes não é tão linear assim. O retorno de Vargas para São Borja não significaria um retrocesso, mas uma reformulação, uma volta para construir uma base política a partir de sua região, desde baixo. Semelhante escolha faria o amigo e colega de Vargas, João Neves da Fontoura, que relatou em suas Memórias¹¹⁴ o conselho que havia recebido do próprio Borges de Medeiros para retornar a cidade natal e ajudar o pai na política partidária e na administração dos interesses da família. “*Ajuda-lo hoje, para suceder amanhã*” teria sido o lema que levaria Neves de volta a Cachoeira e que estava no horizonte de Getúlio ao retornar à São Borja naquele ano de 1909.

A ascensão política da família naquele momento – Manoel, o patriarca, era o intendente, e Viriato, o filho mais velho, era o chefe regional do PRR – abria o espaço para que mais um membro da estirpe retornasse, com um capital simbólico diferente do restante dos Vargas, retornasse para legitimar ainda mais o domínio. Neste sentido, o retorno de Getúlio como advogado e homem de confiança de Borges de Medeiros era visto pela família como uma ajuda, uma maneira de revigorar a hegemonia do clã e barrar o avanço e a influência da família Escobar, os principais rivais regionais dos Vargas e que formavam uma dissidência no PRR. Muito mais do que questões

edições (1891-1940). Cada município encarregava de enviar seus dados para a publicação no almanaque, sendo atualizado anualmente.

¹¹² Almanak Laemmert, anuario Administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro, ano 66 (Indicador para 1909), p. Q88.

¹¹³ Idem, p. Q89.

¹¹⁴ FONTOURA (1958): p.154.

financeiras – segundo Neto¹¹⁵ Getúlio teria aberto mão do bom salário mensal que recebia como promotor para a insegurança de abrir a sua própria banca de advocacia, em uma cidade pequena e que já contava com outros advogados¹¹⁶ – o que interessava naquele momento era as possibilidades políticas que o seu retorno poderia abrir para ampliar do domínio da Família Vargas.

E neste contexto de procura por legitimação e ampliação de domínio político que as festas pelas quais Getúlio Vargas fora recebido nas solenidades públicas e nas privadas, patrocinadas pela alta sociedade são-borjense, serviriam para reafirmar a importância de seu retorno. Um bom exemplo foi a comemoração de Ano-Novo em 1º de janeiro de 1909 com o seu impecável ritual: o indispensável churrasco gaúcho, servido com os melhores vinhos e os licores, uma orquestra animando os comensais – a elite social de São Borja – reunidos às margens do rio Uruguai, e os encontros políticos entrecortado por discursos das principais lideranças. Getúlio, o grande homenageado, teve a primeira oportunidade de mostrar a sua cultura e o seu conhecimento político, sendo delirantemente aplaudido pelos presentes, como afirma o jornal “*O Uruguay*”, de 09 de janeiro de 1909¹¹⁷. Passado o alvoroço dos primeiros dias, Getúlio retorna à Porto Alegre, ainda em fevereiro de 1909, para pedir demissão do cargo de promotor, em caráter irrevogável, à Borges de Medeiros – apesar de Carlos Barbosa ser o presidente do estado ainda era Borges quem conduzia a política do PRR. Pouco mais de três semanas depois, o nome de Getúlio Vargas apareceu no jornal “*A Federação*” – órgão de propaganda oficial do PRR – como um dos membros do partido republicano que iriam concorrer a uma cadeira na Assembléia dos Representantes, nome do Legislativo gaúcho na época¹¹⁸. Tal atitude demonstrava que Borges de Medeiros apoiava o retorno de Getúlio para São Borja e, como consequência desse apoio, Vargas seria eleito com a terceira maior votação, com 10.153 votos. E é a partir deste instante que consolida-se a

¹¹⁵ NETO (2012): p. 108 e 109. Como promotor, Getúlio ganhava a importância de 333 mil-réis de salário mensal, o que pode ser considerado uma boa remuneração. Como coloca Neto, a título de comparação, um sobrado de três pavimentos na rua Senhor dos Passos, no centro de Porto Alegre, foi arrendada na mesma época pelo governo por 150 mil-réis mensais.

¹¹⁶ O Almanak Lemmert para o ano de 1909 (com dados do ano de 1908) lista três advogados com banca na cidade: Julio Garcia Trois com escritório na rua General Marques, Dr Homero Baptista, com banca na rua Sete de Setembro e Candido Marques da Rocha com escritório na r. Maj. Candido Falcão. A edição posterior do Almanak (de 1910 com dados do ano de 1909) já lista cinco advogados diferentes para o município: Eugenio Ubatuba, Manoel Mario Pereira de Souza, Dr. Raphael Escobar e os irmãos Vargas, Getúlio Dornelles e Viriato.

¹¹⁷ Conforme foi descrito por NETO (2012): p.112.

¹¹⁸ Conforme CARRAZZONI (1939):p. 80.

ligação quase indissociável¹¹⁹ entre advocacia e política partidária como recurso para a legitimação do domínio político da Família Vargas.

2.3. Getúlio Vargas, advogado e político: duas faces de uma mesma busca pela legitimidade na luta pelo poder em São Borja (1909-1923).

Logo após Getúlio Vargas haver retornado à São Borja e estabelecido sua banca de advocacia, o jovem advogado já havia sido eleito para a Assembléia dos Representantes, no mesmo ano de 1909. A cidade, que ainda vivenciava um clima de tensão e violência – resultado das rivalidades históricas entre republicanos e federalistas – passaria a ter mais um fator de desequilíbrio, desta vez dentro do próprio Partido Republicano Rio-grandense. O retorno de Getúlio daria a família Vargas mais um candidato ao poder, um jovem que havia transitado pelas altas esferas do poder palaciano da capital, que conhecera o próprio Borges de Medeiros e que retornava para ganhar a política desde baixo. Era a aposta do veterano general Manoel para legitimar as suas ambições de poder na cidade.

*“Num desses agitados dias do ano de 1909, o velho Vargas chamou seu filho Getúlio, para uma conversa. Disse-lhe: ‘Como sabes, eu não tenho ambições políticas. As eleições para a Assembléia estão às portas. És advogado e inteligente: tu és a minha ‘ambição política’.”*¹²⁰

Assim, mal estabelecida a banca de advocacia – Getúlio começou a trabalhar em seu escritório de advocacia montado de forma ainda improvisada em frente à casa dos pais, na rua 7 de Setembro, no centro de São Borja¹²¹ – Vargas passava também a atuar como parlamentar. É preciso lembrar que pela Constituição Estadual de 1891, o funcionamento da Assembléia era bastante limitado, apenas três meses por ano, funcionando de outubro até dezembro¹²². Sua função também era limitada, sendo mais um órgão de atribuições orçamentárias no exame de contas do governo do que um legislador propriamente dito¹²³. Portanto, sobrava ainda muito tempo para que Getúlio pudesse articular sua posição política em São Borja, mantendo o seu trabalho de

¹¹⁹ Mesmo quando Getúlio renuncia a seu mandato na Assembleia dos Representantes, o advogado continua atuando como político, defendendo os interesses da Família Vargas. O seu retorno fortalecido à Assembleia, quatro anos depois, como veremos, mostrou a força política que o advogado ainda possuía.

¹²⁰ FRISCHAUER (1943): p.133.

¹²¹ NETO (2012): p. 117.

¹²² FRISCHAUER (1943): p. 140.

¹²³ VARGAS (2014): p.33.

advogado e buscando a legitimação junto à população da comarca. Como descreve André Carrazzoni em sua adúladora biografia do então chefe supremo do Estado Novo:

*“O escritório do advogado e do político nunca estava deserto. A sala enchia-se de clientes, que iam procurar notícias dos seus negócios, e de correligionários, que se retiravam encantados dos avisos de morigeração do jovem mentor.”*¹²⁴

Começa aqui a formação de um capital pessoal¹²⁵ que iria legitimar ainda mais a ação do político. Agregados, parentes, amigos, clientes, conhecidos e desconhecidos reúnem-se no escritório em busca de capacidade mediadora do advogado. Paul Frischauer¹²⁶ relata que o cotidiano do escritório se concentrava em questões de terra, desavenças de herdeiros, cobranças de pequenas dívidas, enfim, questões comuns da província. Biógrafos mais recentes, como Lira Neto¹²⁷ também relatam a atuação de Vargas de uma forma genérica e sem muitos detalhes. O que podemos afirmar, com certeza, é que Getúlio se dividia nestas duas frentes principais: entre setembro e dezembro, permanecia em Porto Alegre, hospedado no Grande Hotel, assumindo suas atribuições na Assembléia, referenciando o orçamento estadual e usando a palavra em algumas poucas vezes, em situações episódicas que “dariam para ser contadas nos dedos de uma única mão”¹²⁸. De janeiro a setembro – durante o recesso parlamentar – retornava a São Borja e retomava sua vida de advogado do interior. Contudo, estas duas atividades eram complementares e se alimentavam mutuamente. Desde o seu escritório, Getúlio poderia coordenar a política do Partido Republicano no município ao mesmo tempo em que poderia manter contato com seus clientes e criar e manter uma rede de relações e favores mútuos, intermediando interesses dos diversos grupos sociais que entrava em contato, ganhando e repassando favores. Como político, potencializava essa rede de relações com a possibilidade de indicar nomes para ocupar cargos importantes na administração pública. Era assim que a política da época funcionava, e os contados necessários para manter essas redes se tornavam muito mais próximos aos profissionais liberais, em especial aos advogados, que tinham um livre acesso aos mais variados estratos da população. Descreve o biógrafo Paul Frischauer:

¹²⁴ CARRAZZONI (1939): p.108.

¹²⁵ BOURDIEU (2001): p. 191.

¹²⁶ FRISCHAUER (1943): p.140 e 141.

¹²⁷ NETO, (2012).

¹²⁸ NETO (2012): p.115.

“Nos dias de semana, sobre a mesa de trabalho do Dr. Getulio Vargas, acumulavam-se os autos, cujas petições e arrazoados eram escritos de seu próprio punho. Nas horas da tarde, sentava-se à escrivaninha e recebia clientes, tomando nota dos informes, dos intuitos de litígio ou dos desejos de solução conciliatória. De que casos se tratava? Uma dívida de cincoenta mil réis, que não fora paga, no dia estipulado; fornecimentos que não correspondiam às encomendas. Alguns caixotes de chá ou mate, alguns sacos de café de qualidade inferior... Uma fazenda vendida durante inventário, de porteiras fechadas. O ‘seu Doutor’ tinha de examinar e levantar o inventário, preparar o contrato de transferência, receber o dinheiro do preço, guarda-lo, como curador, tratar do registro. Havia desavenças, entre herdeiros... Em resumo: todas as tempestades em copo de água, a soma inteira das possibilidade de conflito que a convivência humana pode provocar, devia ser apaziguada e eliminada. Uma rede tecida de fios delgadíssimos, as mil pequenas apoquentações dos clientes pesavam sobre a cabeça do advogado, que defendia o seu livre modo de pensar, das inevitáveis preocupações que a profissão lhe trazia. Não se tratava, somente, de aceitar as causas, como advogado, de defende-las de acordo com os princípios legais. Não podemos permanecer impessoais, quando queremos fazer o que nos compete da melhor maneira possível; devemos nos identificar-nos com o peticionário, com o interrogante, para poder compreender seu ponto de vista; meter-nos, por assim dizer, na pele dos clientes, mas, também, na dos adversário, para poder penetrar, a fundo, a opinião de ambos. Cedo conheceu Getúlio que a profissão de advogado de cidade pequena é muito mais pessoal e direta que a de advogado de grande cidade.”¹²⁹

Esse espírito de exaltação e construção de uma notoriedade para a figura de Getúlio passaria a caracterizar não apenas a biografia produzida por Frischauer, mas também a de vários outros pesquisadores que descreveriam a espécie de capital político que Vargas procurava se apropriar. E os biógrafos de Vargas fizeram bem o seu papel, reforçando como aspectos positivos e inatos no jovem advogado a sua capacidade de conciliar, de aconselhar e de assumir a defesa de seus clientes de uma forma pessoal. Ou seja, buscaram dar a Vargas as características de um líder nato, que demonstrava tanto na política como na sua profissão a sua personalidade pacificadora. Continua Frischauer:

“Em São Borja e seus arredores, espalhou-se, cedo, que o filho do general, formado em direito, em Porto Alegre, era um advogado diferente dos a que os samborjenses estavam habituados.

¹²⁹ FRISCHAUER (1943): p.140 e 141.

Ao Dr. Getúlio, - era o que se dizia – podiam falar qualquer um. Encontrava-se, sempre, um homem de sorriso nos lábios, igual, afavel, que se dedicava, com o mesmo interesse concienzoso, a uma causa de cinquenta mil réis ou de conto de réis. Não se dava por satisfeito em tomar conhecimento jurídico em si, queria saber o motivo do litígio e as circunstâncias em que sugira. Não, senhor! Podia-se falar como a um confessor ou a um médico; a impressão era de que ele se assenhoreava e participava das causas. (...) Ao conversar com o Dr. Getúlio – conversa que, poucos o reparavam, era um monólogo do cliente – sentia-se a possibilidade de narrar tudo o que se tinha no coração, sem o temor de arrependimento por ter falado abertamente.”¹³⁰

Nestes primeiros quatro anos atuando como advogado e deputado estadual foi possível ao jovem advogado se estabelecer como político respeitável, iniciar a construção uma imagem de profissional e político conciliador e reafirmar o domínio da família, com base em outras estratégias. Em meio ao conflito pela hegemonia política na região, Getúlio buscava consolidar a sua imagem de pacificador, mostrando que possuía a legitimidade e o repertório de um político diferente, que usava as palavras e não a violência. Logicamente, quando a palavra não resolvia, os Vargas não se furtavam de utilizar a violência como estratégia, como bem demonstra Colussi¹³¹. Não é por acaso que as biografias oficiosas de Carrozanni (1939) e Frischauer (1943) – feitas sob o governo do Estado Novo de Vargas – procuravam justamente exaltar essa determinada imagem, construindo o mito de um espírito conciliador de Vargas desde o início de sua carreira e minimizando os casos de violência na luta política em São Borja. Aqui, encontramos claramente a construção de um conjunto coerente e orientado para a trajetória de Getúlio, a noção de projeto original explícito do “desde então” que Bourdieu¹³² tanto critica.

Visando ampliar ainda mais o seu conjunto de alianças e rede de relações pessoais, Getúlio escolheu a sua noiva entre as várias pretendentes locais. Neste sentido, não causou muita estranheza que o jovem advogado, que em Porto Alegre estava sempre envolvido em seduções amorosas, tenha escolhido se casar com a jovem filha de um dos mais ricos empresários de São Borja. Darcy Sarmanho não era uma moça exatamente bonita como dizem alguns biógrafos¹³³, mas tinha o predicado de ser filha do empresário Antônio Sarmanho, então vice-intendente da cidade e um dos principais

¹³⁰ FRISCHAUER (1943): p.141 e 142.

¹³¹ COLUSSI (2007).

¹³² BOURDIEU (1996): p.183-191.

¹³³ NETO (2012): p.119.

investidores locais.¹³⁴ Seguindo a cartilha positivista, não houve casamento religioso entre Getúlio e a jovem Darcy, então com apenas quatorze anos, e a celebração ficou apenas no civil e na cerimônia para os amigos e familiares, naquele em 4 de março de 1911. E a carreira de jovem político e de advogado, a herança de filho de um herói republicano, juntava-se agora o capital empreendedor do empresariado local, em uma aliança familiar que traria mais legitimidade as ambições de Getúlio e da família Vargas.

Contudo, mais do que alianças, os anos posteriores a 1911 trouxeram ainda mais confrontos para Vargas e sua família. Viriato, o irmão mais velho de Getúlio e principal herdeiro da família, havia assumido a intendência da cidade, em substituição ao próprio pai, em 1911. Conhecido por sua “façanhas”¹³⁵, Viriato, não se furtava em utilizar a brutalidade como um dos meios para obter os seus objetivos, segundo os seus adversários. Na verdade, desde o episódio de Ouro Preto, Viriato ganhara fama por suas numerosas aventuras, denúncias de crimes e uso da violência. Contudo, ao assumir a intendência de São Borja, juntamente com a direção do PRR local, a sua imperícia no trato com os adversários acabou reavivando velhas disputas e acirrando ainda mais o ódio entre as facções rivais da cidade. As famílias Escobar e Torres levantavam-se para marcar posição contrária ao domínio dos Vargas, começando uma campanha difamatória contra todos os membros da família. O resultado foi violento e, ao que tudo indica estimulado pelo próprio Borges de Medeiros, que se não o provocou deliberadamente, foi um dos beneficiados pelo conflito¹³⁶. Como vimos anteriormente, Colussi (2007) e Axt (2005 e 2011) colocam que dentre as estratégicas políticas de Borges de Medeiros estava o expediente de fomentar dissidências e promover discórdias entre as facções rivais do PRR, com o fim de não ter o seu poder ameaçado por qualquer liderança local.

Essa perda de prestígio da família Vargas se tornaria ainda maior quando em 13

¹³⁴ O Almanak Lemmert para os anos de 1911 e 1912 apresenta Antônio Sarmanho como capitalista, criador e dono de lojas (secos e molhados, ferragens e fazendas), além da vice-intendência, sendo o nome que mais se repete na listagem de importantes figuras da cidade.

¹³⁵ COLUSSI (2007): p.86.

¹³⁶ O próprio Frischauer (1943): p.149 e 150 levanta essa possibilidade ao relatar que “*Um antigo secretário do Dr. Borges de Medeiros, que me pediu não lhe mencionasse o nome, por não querer inimizá-lo com seu antigo chefe, contou-me que o Dr. Borges não via com maus olhos essas acusações difundidas em círculos cada vez maiores.*” Ou seja, o enfraquecimento dos Vargas era visto com bons olhos pelo então Presidente do Estado.

de outubro de 1913¹³⁷, dia da primeira seção da nova legislatura da Assembléia do Rio Grande do Sul, o então deputado recém reeleito¹³⁸ tomou uma decisão surpreendente: Getúlio renunciou a sua cadeira, não assumindo o cargo. Oficialmente, seria um ato de protesto à intervenção estadual do PRR nas eleições de Cachoeira, onde Borges de Medeiros havia forçado Isidoro Neves da Fontoura (pai de João Neves, amigo de Getúlio) e outro correligionário a renunciar as suas vagas na Assembléia¹³⁹. Por solidariedade ao amigo, Getúlio também teria renunciado. Contudo, o que Vargas percebeu era a política intervencionista de Borges de Medeiros e a sua disposição em fomentar conflitos e abastecer as dissidências, tirando o poder de lideranças locais quem ameaçava o controle e o poder do líder do PRR. Em sua discussão sobre os motivos da renúncia de Vargas, Suzana Garcia de Rezende¹⁴⁰ reforça tal conjuntura de fatores, exaltando o clima de rivalidade entre as facções locais do PRR e a atitude dúbia de Borges de Medeiros. O ambiente político de São Borja encontrava-se em plena ebulição e querelas entre os líderes políticos da cidade só iriam se agravar.

“A volta de Getúlio, para São Borja, depois da renúncia do mandato, equivalia ao regresso a um vespeiro de ódios, brigas e perseguições pessoais, que nada detinha. Mas, já no dia seguinte à sua chegada, retomou, como se dela nunca tivesse afastado, a sua atividade de advogado, com a mesma serenidade e calma que, até então, havia conservado.”¹⁴¹

A situação agravou-se ainda mais quando foi aberto um inquérito policial que denunciava Viriato por uma serie de crimes e irregularidades cometidas quando já era intendente de São Borja, indo desde supostas vítimas de estupros e defloramentos, a posse ilegal de terras desapropriadas pela intendência, contrabando e execuções de desafetos, efetuado por capangas sob suas ordens¹⁴². A situação foi potencializada pela atitude de Borges de Medeiros, que enviou um delegado especial à São Borja, para investigar as denúncias. *“Quando o assunto passou a ser ventilado na imprensa de Porto Alegre, o caso ganhou amplitude e provocou comoção geral em São Borja”*

¹³⁷ Existe uma discrepância nas biografias para a data de renúncia de Getúlio. FRISCHAUER (1943): 156, apresenta a data de 06 de outubro para a renúncia, já NETO (2012): p.121, fala em 13 de outubro e COLUSSI (2007): p.86, aponta para o dia 03 de outubro de 1913.

¹³⁸ Getúlio Vargas foi reeleito para o seu segundo mandato com 76.141 votos segundo NETO (2012): p.121.

¹³⁹ NETO (2012): p.121 e 212.

¹⁴⁰ REZENDE (2010).

¹⁴¹ FRISCHAUER (1943): p.160,

¹⁴² Segundo NETO (2012): p.123.

apontou Lira Neto¹⁴³. O autor das denúncias era o médico Benjamin Torres¹⁴⁴, um antigo aliado dos Vargas e que havia mudado de lado, vindo a apoiar a facção rival de Apparício Mariense e da família Escobar. O clima de violência se generalizou e as acusações de ambos os lados conflitantes eram divulgadas na imprensa com seguidas denúncias e pronunciamentos de defesa. Getúlio procurou manter as aparências, continuando o seu trabalho no escritório de advocacia. Contudo, nos bastidores, o jovem advogado põem em funcionamento a sua rede de amizades e favores, iniciando contatos com correligionário do PRR, ex-colegas da Faculdade de Direito e deputados, procurando reforçar a defesa do irmão e da família. Como coloca Contucci:

*“A família Vargas pressionava Borges de Medeiros utilizando-se, em algumas ocasiões, de pessoas próximas ao círculo do poder republicano e que gozavam da absoluta confiança da família. Foi assim com Firmino Paim Filho, amigo pessoal de Getúlio Vargas desde os tempos de estudante em Porto Alegre. A pedido de Getúlio, ele procurou Borges para interceder em favor das demandas dos Vargas. Contudo, a incumbência resultou frustrada, e a justificativa apresentada para tal reforça a tese de que Borges de Medeiros estimulava as divisões na política local para lograr êxito na sua política estadual.”*¹⁴⁵

A mobilização da família Vargas não conseguiu evitar um enorme desgaste político junto ao PRR local. Entre a pressão política das duas facções e suas redes de poder e clientelismo, Borges de Medeiros usou a sua prerrogativa de intervenção e encaminhou a saída de Viriato Vargas da liderança do PRR local, forçando a sua renúncia da intendência municipal. Viriato foi substituído pelo próprio pai – Manoel Vargas – na chefia do PRR de São Borja e, para a Intendência Municipal o nome escolhido foi o do coronel Garcia da Rosa, evitando assim que a facção de Mariense e da família Escobar influenciasse demais o futuro político dos republicanos na cidade¹⁴⁶. Desprestigiada, a família Vargas continuava a perder parte de seu poder junto ao presidente do Estado. A preocupação central dos Vargas recaía nas pessoas indicadas

¹⁴³ NETO (2012): p.125.

¹⁴⁴ Benjamin Torres havia auxiliado o próprio Viriato na fuga de Ouro Preto, logo após a morte do estudante Carlos de Almeida Prado, em 1897. Desde então, Benjamin havia caído na rede de proteções da família Vargas. Contudo, as conjecturas de que Viriato estava assediando a esposa de Torres criou um evidente mal-estar entre ambos, vindo a romperem em definitivo quando o então intendente passou a disseminar hipótese de que o médico estaria fazendo a função de agente duplo, traficando informações para o outro lado, segundo NETO (2012): p.124 e 125.

¹⁴⁵ COLUCCI (2007): p.87.

¹⁴⁶ COLUCCI (2007): p.87.

para os cargos e funções junto a polícia e ao Judiciário locais e em postos estratégicos da administração. Para a família de Getúlio, estes cargos estariam sendo ocupados por traidores do PRR¹⁴⁷, ou seja, por pessoas indicadas pelo grupo de Escobar e Aparício, em especial o juiz da comarca.¹⁴⁸

A situação agravou-se ainda mais com o assassinato do médico Benjamin Torres, em 12 de março de 1915. O clima de violência no município atingiu o seu clímax e, novamente, a família Vargas e, em especial, o primogênito Viriato, estavam no centro dos acontecimentos. O assassinato do médico, desafeto dos Vargas, marcou o desfecho de uma série de emboscadas e outras tentativas de assassinados frustrados que procuravam intimidar a família de Benjamin¹⁴⁹. As investigações policiais e o processo judicial apontaram na direção de Viriato como o possível mandante do crime – quer seja por motivações políticas ou amorosas. A repercussão foi imediata: das redes de apoio a Getúlio vieram justificativas e elogios não tão velados ao assassínio¹⁵⁰. Da parte da oposição, pedidos de justiça e forte contestação a pessoa de Viriato, que era apontado como o mandante do crime. O clima de forte rejeição e perseguição a Viriato se formou e o irmão mais velho de Vargas foi obrigado a fugir, vindo a se refugiar na cidade argentina de Santo Tomé, na margem oposta ao rio Uruguai, onde permaneceu até 1922 esperando o desfecho do processo criminal.

A cidade, definitivamente, estava dividida entre os dois grupos políticos e suas redes de apoio. De um lado o jornal “O Missioneiro” de propriedade do Dr. Raphael Escobar¹⁵¹ pede a punição de Viriato e de toda a família Vargas, classificada como “dinastia Vargarof” em referência à dinastia Romanov de czares da Rússia – exigindo a prisão de todos os seus membros. Do outro, o jornal “O Uruguay”, de propriedade de A. Guterry Casses¹⁵², servia de veículo de divulgação para a defesa de Vargas e sua família. Getúlio, neste momento, mostrou um senso de oportunidade, capacidade de articulação e a força de sua rede de relações políticas e profissionais, que seria apontado

¹⁴⁷ COLUCCI (2007): p.88.

¹⁴⁸ COLUCCI (2007): p.88 cita o nome do juiz da Comarca de São Borja como Silveira Carvalho. Contudo, o Almanak Lemmert para o ano de 1914 (com dados do ano de 1913) na página 4239 cita como juiz da comarca o Dr. Florêncio Carlos de Abreu e Silva e o Juiz Distrital João Garcia Froes. Já para o ano de 1915 (dados do ano de 1914), aparece o nome de um novo Juiz Distrital, Dr. Antonio Fernandes Carvalho da Silva e de um novo Juiz Distrital, Dr. Jeronymo Tavares de Souza Campos (p.4089).

¹⁴⁹ COLUSSI (2007): p.88

¹⁵⁰ NETO (2012): p.140, aponta uma série de cartas de amigos de Getúlio apoiando o acontecido. João Neves da Fontoura comenta “*O Benjamin, como bem dizes, pela sua ferocidade e audácia, fez jus à bala que o matou*”. Já para Armando Porto Coelho: “*O Benjamin não foi assassinado, foi justificado*”.

¹⁵¹ Almanak Laemmert, annuario Administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro, ano 072 (Indicador para 1916), p. 4060.

¹⁵² Idem, p.4060.

como uma de suas principais características futuras como político. Agindo em diversos pontos, o advogado manobrou de forma hábil até retomar o prestígio e recolocar a família no comando da política local em São Borja. Suzana Garcia de Resende¹⁵³, analisando a correspondência pessoal de Vargas e Borges de Medeiros, explicita a forma como Getúlio procurava reverter sua situação política e retornar ao centro do poder:

*“Fazendo o papel de mediador e com plenos poderes de seu pai para resolver a disputa eleitoral entre os Vargas e Borges de Medeiros, Getúlio começou a conceber um plano de ação na tentativa de romper com a resistência deste à nomeação dos cargos de intendente e chefe político do PRR são-borjense do seu irmão Viriato. Aproveitando-se das suas relações de amizade, constituídas a partir do lugar privilegiado que ocupava como deputado da Assembleia dos Representantes, Getúlio escreveu para o coronel Marcos solicitando que intervisse junto ao poder palaciano em favor de Viriato Vargas.”*¹⁵⁴

Além do citado coronel Marcos, Getúlio buscou apoio em sua vasta lista de colaboradores, correligionários e amigos da Faculdade de Direito. Contudo, foi com a busca do apoio do adoentado e enfraquecido presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros que a situação política dos Vargas começou a mudar. Apenas dois meses após a morte de Benjamin Torres, Borges de Medeiros caiu doente em Porto Alegre, precisando se afastar do cargo. O líder do PRR, que já enfrentava uma grande oposição de camadas da população¹⁵⁵ e duelava contra o senador Pinheiro Machado por um papel de relevância no cenário federal, viu-se ainda mais debilitado física e politicamente. Necessitando reforçar suas antigas redes de apoio e clientelismo, o presidente do Rio Grande do Sul passou a ver com bons olhos uma reaproximação com a família Vargas. E o jovem advogado Getúlio fez o papel de intermediário, aproximando-se de Borges, mesmo após a morte do senador Pinheiro Machado¹⁵⁶ e dos discursos inflamados proferidos em São Borja, que exaltavam a figura do falecido político e criticavam o chefe do PRR.

Mesmo continuando afastado da presidência, foi Borges de Medeiros que passou a articular o armistício em São Borja, promovendo um homem de confiança de Getúlio,

¹⁵³ RESENDE (2010).

¹⁵⁴ RESENDE (2010): p.78.

¹⁵⁵ Que resultaram na “quarta-feira trágica”, quando a guarda pretoriana da Brigada Militar desmanchou a tiros e pata de cavalo uma manifestação estudantil contrária a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca ao senado, em Porto Alegre, na noite de 14 de julho de 1915. NETO (2012): p.144.

¹⁵⁶ Morto em 08 de setembro de 1915 pelo padreiro aposentado de nome Manso de Paiva Coimbra.

o promotor público Érico Ribeiro da Luz¹⁵⁷, para intendente e Apparício Mariense para o cargo de vice intendente, substituindo a Protásio Vargas¹⁵⁸. Os demais postos da administração ficaram repartidos entre as duas facções rivais, em uma proposta de equilíbrio de forças. Como parte deste acordo, o caso contra Viriato seria abafado junto à imprensa de Porto Alegre e o processo sofreria desaforamento¹⁵⁹ para o fórum da capital, onde Vargas contava com a morosidade da Justiça para prolongar o julgado por tempo indeterminado. Algum tempo depois, a profissão de Getúlio o colocou frente a frente com seu adversário político Dr. Raphael Escobar, mas perante o tribunal de jury de São Borja, cada qual defendendo um cliente adversário. Conta-nos Frischauer:

“Tratava-se de um dos muitos processos civis, sem importância, em que Getúlio intervinha, por força de sua profissão, e cujo objetivo nem vale a pena mencionar. Importante era, apenas, ter Getúlio a palavra, em primeiro lugar. Não se valeu dela, como esperava o público que enchia a sala do Tribunal, para atacar o inimigo seu e de sua família. Ao contrário; sua defesa foi tal, que tornou impossível, ao advogado adversário, mesmo que o quisesse, utilizar o tribunal para ataques pessoais ou políticos. Essa causa, cujos debates, rixentos e agressivos, eram aguardados como sinal de um novo rompimento de hostilidades, serviu de pedra fundamental para a conciliação entre os partidos em São Borja.”¹⁶⁰

Na busca pela exaltação da figura de Getúlio, o biógrafo Frischauer começa a construir um dos aspectos mais lembrados para classificar a personalidade de Vargas: o tom conciliatório. O esforço de criar uma imagem de “imparcialidade, que o colocasse acima de partidos” surge como a marca pessoal do exercício profissional de Getúlio e que ele traria como característica para a sua atuação política. Na verdade, nas entrelinhas do tom conciliador de Getúlio, ocultava-se a sua capacidade de agir conforme as circunstâncias e suas necessidades, explorando suas relações clientelistas dentro da regra para o jogo político da Primeira República: troca de favores e apoios mútuos entre as redes de relações de poder. Ainda como parte desta reaproximação

¹⁵⁷ O documento GV 1915.10.12 arquivado na Fundação Getúlio Vargas aponta o nome do promotor distrital como sendo Érico Ribeiro da Luz. Já o Almanak Laemmert, anuario Administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro, ano 073 (Indicador para 1917, p. 3815) cita o nome do promotor distrital como sendo Eurico Ribeiro da Luz. Optamos pelo uso do nome Érico como na documentação do CPDOC-FGV e utilizados por REZENDE (2010): p.133 e NETO (2012): p.147.

¹⁵⁸ Protásio Vargas aparece como vice intendente no Almanak Laemmert nas edições de 071 (para o ano de 1915: p 4089), 072 (para o ano de 1916: p. 4060) e 073 (para o ano de 1917: p.3815).

¹⁵⁹ É o ato de tirar o processo de um foro e colocá-lo em outro (ou seja, desaforá-lo), segundo definição do Dicionário Informal: <http://www.dicionarioinformal.com.br/desaforamento/>

¹⁶⁰ FRISCHAUER (1943): p.173 e 174.

entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros, foi oferecido ao advogado de São Borja o cargo de Chefe de Polícia de Porto Alegre, o qual Vargas recusou. O frágil acordo foi quebrado pouco tempo depois, nas eleições municipais de 1917, quando Raphael Escobar recomendou ao eleitorado de São Borja que não comparecesse às urnas para eleger Érico. Contudo, a facção liderada pelos Vargas já havia reconquistado força política suficiente para se manter no poder, independente do fracasso ou não do acordo. O certo é que a dupla Érico R. da Luz e Apparício Mariense acabaram assumindo a intendência e vice-intendência de São Borja, respectivamente¹⁶¹.

Mais uma prova do retorno de prestígio e força política de Getúlio junto ao governo estadual foi a eleição para a Assembléia do Rio Grande do Sul, realizada em 26 de fevereiro de 1917. Vargas foi novamente indicado pelo PRR, com o aval de Borges de Medeiros, e eleito com 79.724 votos¹⁶², o décimo quinto colocado entre os 32 deputados estaduais escolhidos. Getúlio voltou a dividir o seu tempo entre a Assembléia (entre outubro e dezembro) e a sua banca de advocacia em São Borja (entre janeiro e setembro). Nesta nova legislatura, Vargas foi assumindo, pouco a pouco, o papel informal de líder da bancada¹⁶³, demonstrando que o centralismo borgista se encontrava em progressivo processo de esgotamento. Surgia uma nova liderança dentro do PRR, com a capacidade de interlocução entre as facções internas do partido e, mesmo entre a oposição federalista. E, a cada retorno a sua cidade natal, o prestigiado deputado retomava a sua rotina de advogado no escritório, cultivando sua base política, suas redes de relações e aprimorando o domínio local. Getúlio nunca escondeu que São Borja era a sua casa e a base de sua força estava no apoio que recebia de suas bases.

“Numa cidade pequena, o escritório do advogado mais importante é o melhor centro de informações. E Getúlio, que vínculos profissionais e de amizade ligavam aos grandes advogados da maioria dos Municípios do Rio Grande do Sul, tinha à sua disposição, para estudo de opinião pública, um laboratório bem diferente do utilizado por seu chefe de Partido.”¹⁶⁴

Com o antigo prestígio da família recuperado, Getúlio tinha toda a tranqüilidade para trabalhar em favor dos interesses dos Vargas. Aproveitando a sua experiência

¹⁶¹ Segundo o Almanak Laemmert nas edições de 074 (para o ano de 1918: p.3805), aparecem o nome do Dr, Erico Ribeiro da Luz como intendente e Apparício Mariense como vice-intendente municipal.

¹⁶² NETO (2012): p.153.

¹⁶³ Borges de Medeiros gostava de argumentar que o PRR não precisa de um líder de bancada, já que o preceito de uma chefia ao partido cabia, exclusivamente, a ele, segundo NETO (2012): p.155.

¹⁶⁴ FRISCHAUER (1943): p.192.

profissional, conseguiu que o processo contra Viriato, ainda sobre a morte do médico Benjamin Torres, sofresse novo desaforamento, retornando novamente para o foro de São Borja¹⁶⁵. A essa altura dos acontecimentos, a situação política local favorecia amplamente aos Vargas e não havia mais o temor de perda desta causa. Entre tantas indas e vindas, o processo ficaria perdido e Viriato jamais seria julgado, retornando a cidade de São Borja em 1922. Getúlio também usaria seus conhecimentos jurídicos para ajudar o irmão caçula Benjamin, o Bejo, que parece ter herdado o mesmo espírito “encrenqueiro” do irmão Viriato. Envolvido em vários conflitos na cidade, o mais novo dos irmãos Vargas teve que ficar algumas vezes na frente de um juiz para se defender de acusações de uso de violência e depredações, sempre tendo o irmão Getúlio como o seu advogado de defesa. Mais uma vez, a rede de relações e favores em torno do advogado e deputado Vargas fez com que os casos contra Benjamin não passassem de um incomodo passageiro, mostrando quem realmente dava as cartas na política de São Borja¹⁶⁶.

De volta à política estadual, Borges de Medeiros seguia enfrentando dificuldades. A situação econômica do estado era delicada, as repercussões econômicas causadas pela Primeira Grande Guerra provocaram um processo inflacionário no Estado, que descontentava tanto aos trabalhadores urbanos como aos produtores rurais. Mesmo recorrendo à velha política paternalista, que em um primeiro momento conseguiu um amplo apoio popular, começou a mostrar sinais de esgotamento. Borges de Medeiros tinha dificuldades em controlar tanto a população como os seus aliados, e Vargas, como homem de confiança e principal articulador do governo, defendia as ações do presidente do estado junto à Assembléia, ganhando cada vez mais importância e respeito de seus adversários. Contudo, a situação financeira agravou-se tanto que, no final do ano de 1920, o Banco Pelotense, uma das mais fortes instituições financeiras do estado, chegou às portas da falência, forçando seus corretores a quitar suas dívidas no prazo de trinta dias. Em São Borja, esse drama bancário levou o importante empresário e sogro de Getúlio, Antonio Sarmanho, a cometer suicídio, desesperado pelas dívidas contraídas¹⁶⁷.

Cada vez mais alçado a evidência no âmbito da política estadual, Getúlio via-se obrigado a se dedicar cada vez mais a sua carreira política. Reeleito em março de 1921 à Assembléia para o seu quarto mandato como deputado estadual, Vargas assume

¹⁶⁵ NETO (2012): p.166.

¹⁶⁶ NETO (2012): p.165.

¹⁶⁷ NETO (2012): p. 172 e 173.

novamente a liderança da bancada do PRR¹⁶⁸. A importância do deputado já o projetava para cargos mais altos, na esfera federal. Porém, seu papel de liderança e suas obrigações nas redes de poder e clientelismo do PRR ainda o colocariam como um dos protagonistas dos acontecimentos locais. Em 1922, participou, juntamente com Borges de Medeiros, da Reação Republicana, uma aliança que tentava construir um eixo alternativo de poder para a eleição presidencial daquele ano, lançando um opositorista – Dr. Nilo Peçanha – como alternativa ao candidato das oligarquias mineira e paulistana da política do Café com Leite – Arthur Bernardes¹⁶⁹. Em primeiro de março a eleição aconteceu conforme o esperado. Na escala regional, o poder de influência e a máquina do PRR garantiram uma vitória esmagadora para a candidatura de Peçanha, mas, no nível nacional a presidência ficou mesmo com Bernardes, alavancado pela força eleitoral de São Paulo e Minas Gerais.

Em outubro de 1922, Getúlio Vargas foi apontado para substituir o deputado opositorista gaúcho Rafael Cabeda, falecido em 12 de setembro daquele mesmo ano. Pela lei, Getúlio ou qualquer outro filiado do PRR não poderiam ser indicado para o cargo¹⁷⁰. Contudo, na rede de poder e troca de favores do borgismo, o que ditava a constituição poderia ser ignorada pela conveniência política. E mesmo com uma reclamação formal da oposição federalista, Vargas foi alçado para a Câmara Federal. Contudo, Getúlio ainda permaneceu no Rio Grande do Sul e, servindo a Assembleia dos Representantes¹⁷¹ como presidente da Comissão de Verificação de Poderes da Assembleia estadual, coube ao advogado de São Borja referenciar os resultados da conturbada eleição de novembro de 1922, que dava nova vitória ao candidato Borges de Medeiros para a presidência do Estado. A eleição fora muito tumultuada, com numerosas denúncias de fraudes de ambos os lados, e a vitória de Borges não foi aceita pela oposição federalista. O resultado da eleição homologado por Getúlio lançou o Rio Grande do Sul em um novo conflito sangrento, colocando novamente no campo de batalha as duas facções rivais – chimangos e maragatos. A revolta eclodiu em 25 de janeiro de 1923, e Getúlio foi enviado por Borges de Medeiros para São Borja, com o título de tenente-coronel e a missão de organizar um destacamento provisório do exército borgista. Contudo, Getúlio não entraria em combate. A situação delicada do

¹⁶⁸ Getúlio chegava a sua quarta eleição consecutiva como deputado estadual, com 78.381 votos, sendo o sexto mais votado no Rio Grande do Sul. NETO (2012): p.176.

¹⁶⁹ FRISCHAUER (1943): p. 194 e 195.

¹⁷⁰ A Constituição Federal assegurava o direito de representação das minorias e a vaga de deputado deveria ser preenchida por um representante federalista, segundo NETO (2012): p.176.

¹⁷¹ NETO (2012): p.176.

governo de Borges de Medeiros junto ao poder federal exigia a convocação de um defensor, e Vargas assumiria esse papel¹⁷². O telegrama urgente chegou em suas mãos pouco antes de iniciar os combates e seu batismo de sangue teve que esperar.¹⁷³ Partiria sozinho para o Rio de Janeiro. Como lembra Alzira Vargas, filha de Getúlio, em seu livro de lembranças do pai:

*“No Rio de Janeiro, hospedou-se em um pequeno hotel, no centro da cidade. Logo no primeiro dia, ignorando tudo da grande metrópole, tão diferente e complicada, pediu um táxi para se dirigir à Câmara dos Deputados. O chofer olhou-o desconfiado, deu uma volta e parou honestamente no quarteirão seguinte. O Hotel Monroe, onde estava hospedado, era quase ao lado da Câmara. Riu sozinho de sua ignorância e aceitou a primeira lição: para entender os intrincados problemas do Rio de Janeiro é preciso saber perguntar. Quando aprendeu um pouco mais, mandou buscar-nos. Havia conseguido um pequeno apartamento à Praia do Flamengo no 2, composto de dois quartos, um minúsculo gabinete e uma varanda ainda menor. Chamava-se Pensão Wilson, então; hoje é um grande prédio de apartamentos. Quando passo por lá, lembro nossa viagem, a chegada e nossa vida pacata.”*¹⁷⁴

Em 26 de maio de 1923, Getúlio Vargas assumiu de vez sua cadeira de deputado federal, assistindo a sua primeira sessão na câmara¹⁷⁵. A partir deste momento, Vargas afastou-se do exercício da advocacia em São Borja e mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, levando, posteriormente, toda a sua família, assumindo a política partidária em “tempo integral”. Contudo, em São Borja, as redes de poder construídas por Vargas continuariam funcionando e, em sua cidade natal, o nome de Getúlio Vargas continua a ser lembrado como o advogado local – o almanak Lammert ainda o apresentaria como advogado para a cidade de São Borja pelo menos até 1925¹⁷⁶. Igualmente, quando o político retornou ao Rio Grande do Sul para concorrer a presidência do Estado em 1928, sua apresentação ainda era a mesma: Getúlio Vargas, o advogado de São Borja¹⁷⁷. Desta forma, o capital e a notoriedade que a profissão de advogado emprestou a Getúlio, o auxiliou em sua construção de redes de poder e

¹⁷² FRISCHAUER (1943): p.200.

¹⁷³ PEIXOTO (1960): p. 20 e 21.

¹⁷⁴ PEIXOTO (1960): p.26.

¹⁷⁵ NETO (2012): p. 196 e 197.

¹⁷⁶ Segundo o Almanak Laemmert na edições de 082 (para o ano de 1926), p. 817, aparece o nome do Dr, Getulio Dornelles Vargas como um dos cinco advogados da cidade.

¹⁷⁷ Como mostra um panfleto da campanha de Getúlio Vargas á presidência do Rio Grande do Sul, em 1927, reproduzido por NETO (2012): p. s/n.

clientelismo, ampliando as possibilidades para a sua carreira política. Nestes pouco mais de quatorze anos que separam o seu retorno à São Borja, em 1909, e sua partida como Deputado Federal para o Rio de Janeiro, em 1923, vimos que Getúlio teve sua perspectiva política e de poder ampliadas. O jovem advogado que chegará para auxiliar a família, deixava a cidade como o grande protagonista da mesma e uma nova liderança política regional. Tal situação possibilitou que Getúlio pudesse projetar novas posições político-partidárias mais importantes no contexto nacional, e que o forçaram a deixar de lado a carreira profissional. Contudo, a experiência e o capital simbólico adquirido iriam lhe acompanhar pelo resto de sua carreira política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Em fins do século XIX e no início do século XX, o perfil das lideranças tradicionais do interior do Rio Grande do Sul estava se transformando. Em um estado de tradições bélicas, local de numerosos conflitos armados, as lideranças que haviam se desenvolvido possuíam um perfil pautado com base na sua capacidade militar. Contudo, com a proclamação da República, novas lideranças chegavam ao poder e um certo "processo civilizador"¹⁷⁸ pode desenvolver-se, tendo como base a superação da violência como a única forma para se resolver os conflitos político-partidários. Com o fim da Revolução Federalista (1893-95) esse processo de mudança passou a ser mais dinâmico, com a ascensão do grupo de Júlio de Castilhos e a alteração na base de poder político no Estado, com a elite estancieira cedendo lugar para uma “quase elite” – como chamou Love¹⁷⁹ - o grupo de colaboradores de Castilhos formado por elementos menos ricos e mais tenuemente ligados à nobreza da Província.

Os chefes locais passaram a ser usados em outro pacto político, em uma nova relação de poder onde os coronéis, sob o controle do aparato do governo e de seu partido, serviam a essa “máquina castilhista” disciplinada e ainda apta para arregimentar forças militares, mas que procurava controlar o processo eleitoral através de uma relação de troca de favores entre as partes. Neste contexto, o bacharel em direito, com seu diploma de curso superior e toda a cultura adquirida na Faculdade, estava mais capacitado para exercer essa “política” praticada nos gabinetes do governo, assumindo os principais cargos políticos e administrativos do Estado. Como bem coloca Grijó¹⁸⁰, um grupo habilitado e de confiança do governo com a capacidade e desenvoltura para circular pelo mundo bacharelesco – tanto estadual como federal – e defender os princípios políticos do PRR e de suas lideranças.

Em São Borja, essa mudança nas estruturas de poder também proporcionaram uma mudança no perfil das novas lideranças locais. A ascensão da liderança política do jovem advogado Getúlio Dornelles Vargas demarca de forma exemplar essa mudança de perfil de formação. Filho de um tradicional estancieiro da região, o herói da Guerra do Paraguai Manoel do Nascimento Vargas, Getúlio era o terceiro de quatro filhos do coronel. Ainda cedo, Getúlio teve acesso a educação formal e acadêmica optando por escolher a profissão de militar. Após alguns incidentes, que impediram a sua progressão

¹⁷⁸ Nos termos de Nobert Elias, como define GRIJÓ (2010): p.159.

¹⁷⁹ LOVE (2011): p.76.

¹⁸⁰ GRIJÓ (2005): p. 232 e 233.

como militar, Getúlio resolve estudar Direito em Porto Alegre, iniciando paralelamente sua trajetória política partidária como uma das novas lideranças do PRR.

A partir de seu retorno a São Borja em 1909, Getúlio Vargas manteve uma estratégia de paralelismo entre a sua profissão de advogado e a sua prática como político. Inegavelmente, Vargas encontrou em sua atuação como advogado o apoio e a legitimidade para aumentar a sua força e o domínio político de sua família. Em um contexto onde a luta pela hegemonia do poder regional, dentro do próprio PRR exigia muito mais recursos retóricos e de artifícios de gabinete, conhecimento e troca de favores, do que apenas os militares. É bem verdade que neste contexto de disputa regional, os Vargas nunca abriram mão da violência como uma componente importante da disputa, mas foi através da política e das alianças que Getúlio formou como advogado e político, que a família Vargas conseguiu conquistar a hegemonia local e suplantar os seus adversários. Sua mudança para a capital federal, em 1923, comprovou a eficiência da estratégia de Vargas e o habilitou para ambicionar vãos mais altos, já respeitado como uma forte liderança regional.

Assim, através deste trabalho, foi possível verificar, de forma ainda simplificada, como era o ambiente social de São Borja entre os anos de 1909 e 1923. Neste contexto regional, a atuação de advogado permitiu ao jovem Getúlio Dornelles Vargas assumir um papel de protagonista na disputa pela hegemonia política na cidade. Sua estratégia, seus contatos constituídos tanto na esfera profissional como na política, o levou a mais do que o domínio regional, o capacitando a disputar e ganhar uma vaga como deputado federal, ampliando os seus horizontes políticos. Getúlio nunca mais voltaria a exercer advocacia após o longo período entre 1909 e 1923. Contudo, o legado de sua experiência como profissional de direito o acompanhou pelo resto de sua carreira política¹⁸¹. As biografias oficiais, escritas na época do Estado Novo e que procuraram mitificar a história pessoal de Vargas – de André Carrazzone (1939) e de Paul Frischauer (1943) – também buscaram na trajetória de advogado as características que o então chefe do Estado havia herdado de sua profissão: a capacidade de ouvir, a de conciliar lados opostos e de encontrar a solução mais equilibrada e pacífica para os conflitos.

Contudo, a importância dessa dicotomia entre a trajetória política regional e a

¹⁸¹ Como prova dessa importância dada pelo próprio Getúlio a sua carreira de advogado, temos a propaganda oficial de sua candidatura à Presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, quando se apresentava a população como “advogado de São Borja”.

carreira como advogado foi pouco explorada pelos demais biógrafos e historiadores que se debruçaram na história de Getúlio Vargas. Nossa proposta inicial para essa monografia foi de iniciar um resgate desse percurso, começando por uma visão geral do contexto regional e da importância que a advocacia teve para a legitimação das disputas de poder na cidade de São Borja no período. Para tanto, utilizamos a biografia disponível sobre o assunto, cruzando-o com uma fonte primária de dados pouco conhecida: o “Almanak Laemmert” ou “Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Rio de Janeiro”. Através dessa fonte, acessamos diversos dados estatísticos referentes a cidade de São Borja entre os anos de 1909 e 1923 cobrindo desde informações geográficas sobre o município – como limites, topografia, rios – passando pelas informações econômicas e, principalmente, sociais. O compêndio trazia, em cada uma de suas edições para o ano corrente, uma relação com o nome de cada um dos principais funcionários da cidade, desde os servidores públicos aos industriais, de agricultores a profissionais liberais, enumerando assim os principais membros da sociedade são-borjense.

Com base nas fontes usadas para a construção dessa monografia – biografias sobre Vargas e dados do Almanak Laemmert – mostramos que nestes anos como advogado e político regional, Getúlio Vargas construiu uma reputação de político conciliador, capaz de unir as diferentes facções – tanto dentro do PRR neste primeiro momento, como com a oposição federalista, em um futuro próximo e que, com o passar dos anos e a experiência adquirida, levaria ele a liderança regional, substituindo o próprio Borges de Medeiros. Circulando em um contexto político da Primeira República, onde as relações pessoais e as trocas de favores eram a base das relações de poder, Getúlio utilizou-se de sua profissão para articular alianças e construir o seu perfil político. Neste jogo político-partidário, Getúlio soube exercer de forma excepcional o capital de notoriedade e as relações sociais que a formação e a atuação como advogado lhe proporcionavam.

Assim, mesmo que tenha passado por várias dificuldades no período em estava afastado do poder estadual com as relações rompidas com Borges de Medeiros, o seu retorno à política em 1917 foi conseguido tendo como base um jogo de articulações e estratégias que Getúlio passaria a dominar. Como bem coloca Resende¹⁸², Getúlio soube utilizar habilmente de seus recursos, seu capital escolar e cultural adquirido, – oratória,

¹⁸² RESENDE (2010): p. 155.

fama de político conciliador – suas relações de amizade e apoios políticos junto a figuras importantes do cenário político estadual, para alcançar o poder. Dentro das regras do jogo político da Primeira República – o coronelismo e suas praticas clientelista de troca de favores mútuos – Getúlio, através da articulação entre advocacia e política, construiu uma rede de relações que lhe permitiram alcançar notoriedade na política regional e estadual.

Portanto, como afirma Grijó¹⁸³, as antigas lideranças tradicionais do Rio Grande do Sul – os coronéis caudilhos estancieiros, ligados a um passado mais belicoso do estado – estavam sendo substituídas por novas lideranças, jovens filhos desta aristocracia rural interiorana que retornavam após os estudos na Capital ou em outras cidades importantes do Brasil, para montar os seus consultórios e suas bancas, utilizando-se de seu capital adquirido para assumirem papeis importante na política e na administração locais. No caso da cidade de São Borja, o jovem advogado Getúlio Dornelles Vargas, um político que seria muito mais adepto das negociações nos termos do clientelismo coronelista do que das estratégias bélicas do passado, mostra a mudança essencial no perfil destas novas lideranças, que iram estar à frente de transformações ainda mais profundas no estrutura política e social do Brasil nas próximas décadas.

¹⁸³ GRIJÓ (2010).

FONTES E REFERÊNCIAS

Fonte Principal:

Almanak Laemmert, annuario Administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro.

Referência: PR_SOR_00165_313394

Disponível no Site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Edição: ano 66 (para o ano de 1909)

Páginas: Q-88, Q-89 e Q-90.

Edição: ano 67 (para o ano de 1910)

Páginas: 110, 111 e 112.

Edição: ano 68 (para os anos de 1911 e 1912)

Páginas: 4083, 4084 e 4085.

Edição: ano 69 – 2º Volume Estados (para o ano de 1913)

Páginas: 3925, 3926 e 3927.

Edição: ano 70 – 2º Volume Estados (para o ano de 1914)

Páginas: 4238, 4239 e 4240.

Edição: ano 71 – 2º Volume Estados (para o ano de 1915)

Páginas: 4088, 4089, 4090 e 4091.

Edição: ano 72 – 2º Volume Estados (para o ano de 1916)

Páginas: 4060 e 4061.

Edição: ano 73 – 2º Volume Estados (para o ano de 1917)

Páginas: 8814, 8815 e 8816.

Edição: ano 74 – 2º Volume Estados (para o ano de 1918)

Páginas: 3804, 3805 e 3806.

Edição: ano 76 – 2º Volume Estados (para os anos de 1919 e 1920)

Páginas: 3804, 3805 e 3806.

Edição: ano 77 e 78 – 4º Volume Estados do Sul (para os anos de 1921 e 1922)

Páginas: 4785, 4786, 4787 e 4788.

Edição: ano 78 e 79 – 4º Volume Estados do Sul (para os anos de 1922 e 1923)

Páginas: 4786, 4787 e 4788.

Edição: ano 80 – 4º Volume Estados do Sul (para o ano de 1924)

Páginas: 5050, 5051 e 5052.

Edição: ano 81 – 4º Volume Estados do Sul (para o ano de 1925)

Páginas: 873, 874, 875 e 876.

Referências Utilizadas para a Escrita do Trabalho (Fontes Secundárias):

ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-30*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ARAÚJO LIMA, Cláudio de. *Mito e Realidade de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1955.

AVELAR, Alexandre de Sá. “*Escrita biográfica, escrita da História: Das possibilidades de sentido*”. In: AVELAR, Alexandre de Sá. & SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Grafia da Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

AXT, Gunter. “*A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no Estado*”, em AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre, Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público: 2005.

_____. “*Apontamentos sobre o sistema castilhistaborgista de relações de poder*”, em AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre, Nova Prova.: 2011.

_____. “*Constitucionalidade em Debate: A polêmica Carta Estadual de 1891.*” In: Revista Justiça & História - Volume 2 - Nº 3, 2009. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_o_gaicho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v2n3/doc/13-Gunter_Axt.pdf

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: AMADO, Janáina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURNE, Richard. *Getúlio Vargas: A esfinge dos Pampas*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

BRANDI, Paulo. “*Getúlio Vargas – verbete*”, em ABREU, Alzira A., BELOCH, Israel et alii (orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, cinco volumes, 2001.

_____. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diários da Câmara dos Deputados*. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet):

http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=19/11/1924. Sem data.

CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1939.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo : uma discussão conceitual*. In: Dados – revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, n.2, p. 229-250, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

_____. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. *A Construção da Ordem – A elite política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

COLUSSI, Eliane L. *Getúlio e a família Vargas: narrativas do passado*. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet):

<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiiisimposio/anais/textos/ELIANE%20LUCIA%20COLUSSI.pdf>. Sem data.

_____. *Violência política e cisão no PRR de São Borja*. In: Revista da UNISINOS, Janeiro/Abril de 2007, pág 84-95. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet):

<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5878/3064>.

CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Getúlio Vargas. 1954: uma tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1974.

D'ARAÚJO, Maria C. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997.

_____. “*Getúlio Vargas, conservadorismo e modernização*”, em AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre, Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público, 2005.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 2 vols.

DULLES, John W. Foster. *Getúlio Vargas: biografia política*. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.

ELMIR, Claudio Pereira. **Olhares sobre si e o outro: as varias faces do coronelismo**. *Caderno de estudos*, Porto Alegre, UFRGS/PPGH, n. 8, dez., 1993.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Francisco do. “*Getúlio Vargas, promotor público*”, em AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público, 2005.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FÉLIX, Loiva O. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed., Porto Alegre: UFRGS, 1987.

FIGUEIRÓ, William Giovanaz. *Idéias-Força nos Discursos dos Deputados Oposicionistas na Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul em 1928*. Monografia de Conclusão do Curso de História da UFRGS, Porto Alegre, 2013.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias - Borges de Medeiros e seu tempo*. Vol.1. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FRANCO, Sérgio da C. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2ª ed., Porto Alegre: UFRGS, 1988.

_____. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

FREITAS, Décio. “*Getúlio Vargas e o conde de Saint-Simon*”, em WERNECK DA SILVA, José L. (org.) *O feixe e o prisma, uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: vol. 1, 1991.

_____. & LARANGEIRA, Álvaro. *A serpente e o dragão, dissertações acadêmicas de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1943.

GINZBURG, Carlo. *A microhistória e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1989.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, dissertação de mestrado. 1998.

_____. *Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: A Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese de Doutorado em História Universidade Federal Fluminense: Niterói: 2005.

_____. *Entre a Barbárie e a Civilização: os conflitos armados no período republicano*. In: NEUMANN, Eduardo S. e GRIJÓ, Luiz A. (org.) **Continente em Armas: Uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas - o maquiavélico*. Rio de Janeiro: Record, 1966.

LAMOUNIER, Bolívar. *Getúlio*. Série Os Grandes Líderes. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto : o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1975.
- LIMA, Cláudio de Araujo. *Mito e Realidade de Vargas*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1955.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- _____. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”, em FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. São Paulo, Difel, tomo III, 1º vol. 1985.
- _____. *O Sistema de Castilhos 100 Anos Depois: a perspectiva de um comparativista*. In: AXT, Günter (org.). *Julio de Castilhos e o Paradoxo Republicano*. Porto Alegre: EPECÊ, 2011. p. 71-84.
- NABUCO, Joaquim, *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, vol. 1, p.45-46.
- NETO, Lira. *Getúlio. Dos anos de formação à conquista do poder (182-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NEUMANN, Eduardo e GRIJÓ, Luiz (org). *O Continente em Armas: Uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- PEIXOTO, Alzira V. do A. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Globo, 1960.
- PESAVENTO, Sandra J. “República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia”, em DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- _____. “RS: historiografia e ideologia”, em DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PICCOLO, Helga I. L. “O autoritarismo de Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas: a ‘gauchização’ da política brasileira no pós-1930”, em TARGA, Luiz R. P. (org.) *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS/FEE/UNIVATES, 1998.
- QUEIRÓS, Cesar Augusto B. *A Questão Social no Rio Grande do Sul: Positivismo, borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna*. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1427/1619>
- RAUSCH, Fábio & HOHLFELDT, Antonio. *A Campanha Republicana nas Páginas de A Federação (1884-1889)*. In: VIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul – Intercom Sul, 2007, Passo Fundo. Anais eletrônicos. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo – UPF, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0051-2.pdf>
- REZENDE, Suzana Garcia de. *Vargas e Borges: o local e o regional na política gaúcha (1913-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3845/1/000426079-Texto%2BCompleto-0.pdf>
- RODRÍGUEZ, Ricardo V. “O legado de Getúlio Vargas – trajetória parlamentar”. In: AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público, 2005.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica*. História Unisinos, v.8, n.10, p.131-142, jul/dez.2004.
- SÊGA, Rafael A. *Jovem Vargas, Reflexões sobre a formação Cultural de Getúlio Vargas anterior à Revolução de 1930*. Relatório Final de Pós-Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.
- _____. *Getúlio Vargas e o Partido Republicano Rio-grandense*. In: Fronteiras. Dourados (MS), v10, n. 18, p. 195-210, jul./dez. 2008.

SILVA, Hélio. *Getúlio Vargas, uma biografia política*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SILVA, Juremir M. da. “O personagem Getúlio Vargas”, em AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público, 2005.

SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. *Bacharéis na política e a política dos bacharéis*. São Paulo, tese de doutorado em Ciência Política/USP, mimeo, 1983. 2 vols.

SOUTO, Cíntia V. & BISCHOFF, Alvaro “*Getúlio Vargas e o Ministério Público (1908-1909)*”. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, nº 53, 2004. Disponível em: <http://www.amprs.org.br/index.php/revista-digital/edicoes/52/edicao-53-revista-do-ministerio-publicoedicao-53>

STEFFENS, Marcelo H. *Getúlio Vargas Biografado: análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História. Tese de Doutorado: 2008.

_____. “*Presidente Vargas*” entre a narrativa mitológica e a narrativa histórica. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet): <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1159.pdf>

VARGAS, Getúlio. Discursos (1903-1929), em AITA, Carmen & AXT, Gunter. (orgs.) Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.